BIBLIOTECA GERAL
UNIV. DE COIMBRA II
JORNAIS

A CABRA

Jornal Universitário de Coimbra

Nº76 13 de Março de 2002 Quinzenal Director: Sérgio Alves www.aac.uc.pt/cabra
Produzido pela Secção de Jornalismo da Associação Académica de Coimbra Distribuição Gratuita

DOM Dinis

A mão que embala o berço

hugo rascão

A escassos dias da grande tomada de decisão que significam as eleições legislativas de 17 de Março, ensaiam-se cruzinhas, fazem-se previsões, gastam-se os últimos trunfos de campanha, espera-se e desespera-se. Neste número d'A CABRA, apresentamos as políticas dos vários partidos direccionadas aos jovens. Educação, emprego, sexualidade e toxicodependência são alguns dos temas expostos.

Páginas 2 e 3

Cidade

Pro Urbe na primeira pessoa

Após o congresso "Pela Cidade - uma carta constitucional para Coimbra", no ano passado, e a passagem de testemunho de Boaventura Sousa Santos para António Bandeirinha, A CABRA traça o futuro desta instituição junto do seu novo presidente.

Página 6

Nacional

Indicadores à lupa

Perto do final antecipado da segunda legislatura de António Guterres, que retrato se pode tirar ao Portugal actual? Do analfabetismo ao trabalho, eis a radiografia do país rosa.

Página 8

Desporto

Campos Coroa em entrevista

Com o futebol a dominar a vida política e apesar do mau momento da Briosa, o presidente do OAF mostra-se confiante na súbida da equipa. Dos incidentes dos últimos jogos às contas, Campos Coroa abre o jogo.

Página 13

Cultura

Escola da Noite

Federico García Lorca é o dramaturgo escolhido para celebrar dez anos de existência e o Dia Mundial do Teatro. A Escola da Noite regressa ao palco onde se estreou, para encenar o amor e a morte, numa "obra chave" do percurso literário deste autor.

Página 14

Reportagem

Jotas ao ataque

Parecem bandos de pardais à solta, as jotas. São como índios, capitães da malta, as jotas. Mas quando a tarde cai, vai-se a revolta, sentam-se ao colo do pai. É a ternura que volta e ouvem-no a falar do homem novo. São os putos deste povo a aprenderem a ser homens.

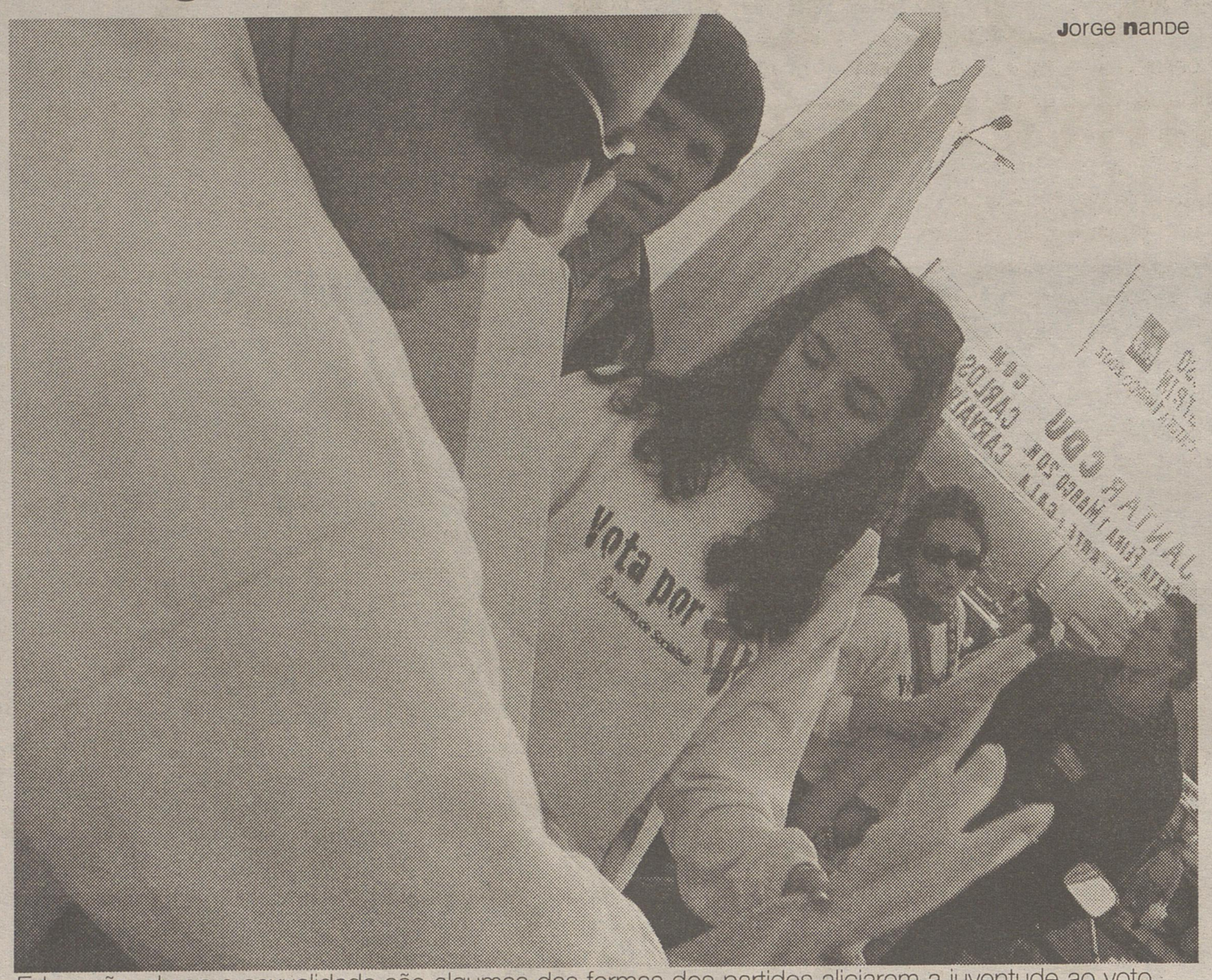
Páginas centrais

Estruturas partidárias apresentam propostas

Cinco cabeças, cinco sentenças

A escasssos dias da grande tomada de decisão que significam as eleições legislativas de 17 de Maio, ensaiam–se cruzinhas, fazem–se previsões e gastam–se os últimos trunfos de campanha. A CABRA apresenta as variadas propostas partidárias que à juventude mais interessam directamente.

Gustavo Sampaio
Mário Guerreiro



Jorge nande

Educação, droga e sexualidade são algumas das formas dos partidos aliciarem a juventude ao voto

As eleições legislativas de domingo representam um importante passo para a definição do rumo a ser tomado em áreas fundamentais da sociedade portuguesa. Após o hiato político gerado pela demissão do actual governo, a escolha dos cidadãos torna–se preponderante. Sob o espectro da bipolarização, em que os dois maiores partidos parecem dominar as intenções de voto, a campanha eleitoral decorre com a apresentação dos diversos programas partidários.

Os principais temas da confrontação política têm sido as questões relacionadas com a implementação das farmácias sociais, a reforma fiscal e a realização (ou não) do Euro 2004. A polémica sobre estes assuntos tem sido intensa, relegando outras matérias como a Educação, o Emprego, a Toxicodependência e o Aborto para segundo plano.

Na área da Educação, a qualidade do ensino prestado pelas escolas tem sido posta em causa pelos fracos resultados conseguidos pelos alunos portugueses tanto nos exames nacionais do ensino secundário como nas provas de aferição do ensino básico.

Diversos estudos recentemente efectuados revelam os fracos níveis de conhecimentos e competências da comunidade estudantil portuguesa. Paradoxalmente, o investimento público neste sector tem vindo a crescer gradualmente nos últimos anos, atingindo valores superiores à média europeia. Impõe–se assim uma reflexão séria sobre as razões do insucesso educativo.

Questões como o Emprego, a Toxicodependência e o Aborto, assumem *igualmente* uma grande importância na praça pública, embora sejam menosprezadas pelas agendas eleitorais dos vários partidos. Uma maior cooperação entre entidades empregadoras e instituições educativas ao nível do emprego, uma diferente abordagem da problemática da droga no combate à toxicodependência e um putativo novo referendo sobre o aborto representam eventuais medidas a ter em conta pelos distintos quadrantes políticos.

A JS e a obra feita

Ao longo da governação socialista, liderada por António Guterres, as taxas de pré–escolarização aumentaram significativamente atingindo hoje os 75%. Segundo Pedro Coimbra, Presidente da Federação Distrital de Coimbra da JS e candidato a deputado pelo círculo eleitoral de Coimbra, o objectivo será "atingir os 100% de pré- escolarização nos próximos quatro anos". "Em matéria educativa é fundamental começar pela base", argumenta.

O programa eleitoral do PS propõe igualmente um claro incentivo às novas tecnologias, aplicando–as à Educação. Pedro Coimbra realça a "obra notável, muitas vezes esquecida, do Ministério da Ciência e Tecnologia" que conseguiu o feito de "implementar o acesso à internet em todas as escolas do país, no que foi um avanço fundamental para a educação dos jovens". Tendo em conta "os acentuados declives existentes no nosso país", considera essencial o acesso à internet como forma de "atenuar as assimetrias regionais".

A JS considera fundamental a "formação de quem ensina", sublinhando a importância da missão dos professores nos dias que correm. Com a constante evolução do mundo, "a actualização de conceitos e programas" torna–se cada vez mais necessária. Paralelamente, aposta no incremento do "rigor na avaliação, num mundo cada vez mais global e competitivo", medida assegurada através da "fiscalização eficaz dos métodos de avaliação".

Em relação à sexualidade nas escolas, propõe a criação de uma "base programática ao nível da cidadania no ensino" para temáticas como o alcoolismo, a viação, a droga ou o planeamento familiar. Por sua vez, a legalização do aborto, apesar do resultado do último referendo, não deixou de ser uma das pretensões do PS, e da JS em particular. Contudo, o dirigente salienta que "esta ainda não é a altura ideal" para uma nova iniciativa de consulta popular sobre este tema.

As propostas laranjas e o aumento das propinas

A JSD defende uma reestruturação do Ministério da Educação, o que considera ser uma medida essencial para o melhoramento do sector. Na opinião de Miguel Coleta, candidato a deputado pelo círculo eleitoral de Coimbra, este ministério "tem a missão de gerir um negócio bastante complexo que engloba todo o ensino, desde a pré–primária até à pós–graduação". Reciprocamente, propõe efectuar uma "apurada segmentação do ministério, separando por um lado o ensino superior e mantendo por outro lado uma estrutura capaz de gerir o ensino eficazmente".

Em matéria educativa, os sociais–democratas pretendem também "suspender a actual reforma curricular do ensino secundário" que consideram ser "prejudicial". Coleta afirma que "os principais problemas no sistema de ensino têm a sua origem no ensino básico" que deverá ser alvo de uma "intervenção urgente". "A grande prova disso são os elevados níveis de iliteracia na população portuguesa, apesar da elevada taxa de escolarização", conclui.

De acordo com o programa eleitoral do PSD, o sistema educativo "necessita de propinas para se poder financiar", pelo que o hipotético aumento de propinas "não é posto de parte". Miguel Coleta realça que "tudo o que é gratuito não é apetecido" e que o Estado não tem condições para "assegurar a gratuitidade do ensino superior". No entanto, "o Estado deve apoiar as pessoas, não as instituições, e como tal deverá apoiar os estudantes com dificuldades financeiras", ressalva.

O tratamento do tema da sexualidade no ensino é considerada como uma "necessidade absoluta". O candidato a deputado refere a importância da criação de uma "disciplina específica, ministrada por professores qualificados, que aborde a questão da sexualidade nas escolas". Um passo importante no sentido de "quebrar tabus na sociedade portuguesa".

As políticas que dizem respeito à juventude são hoje "políticas transversais, que atravessam todo o espectro de intervenção governativo". "Não é possível pensar o país sem investir na juventude", finaliza.

A vontade de "fazer melhor" da CDU

As propostas da CDU, constituída pelo PCP e PEV, que de alguma forma se direccionam à juventude, podem ser divididas em cinco áreas. Esta é a opinião expressa por João Oliveira, aluno do quarto ano da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e candidato à Assembleia da República pelo PCP. As áreas são a educação, o emprego, o acesso à habitação, a valorização humana e pessoal dos jovens e a sexualidade em conjunto com a toxicodependência.

Em relação ao dossier específico da educação, um dos principais objectivos é o de proporcionar "um sistema de ensino que não tenha como entrave à formação de cada um, as suas condições sócio–económicas". O fim das propinas e outros aspectos redutores do acesso à educação, como o elevado custo dos manuais escolares, são os meios privilegiados encontrados para chegar a esse fim.

As questões relacionadas com o emprego também são encaradas pela CDU como vitais para o país. A "definição de políticas económicas e laborais" que permitam "combater o desemprego e a precaridade dos vínculos laborais" afigura–se necessária, adianta o jovem comunista. Ainda neste capítulo, urge resolver o grave problema que é a dificuldade que os jovens têm em encontrar um primeiro emprego. Oliveira considera "absolutamente incompreensível" a forma como "o estado permite que os alunos se formem, não lhes garantindo depois, como principal empregador, um trabalho".

Outro aspecto, a que aos jovens diz respeito, e merecedor da atenção da CDU é a habitação. Os jovens deparam–se com vários problemas na procura de habitação própria, "a maioria deles directamente relacionados com a especulação imobiliária". Como forma de solucionar esta questão, a CDU defende "o incentivo à auto–construção e o aperfeiçoamento dos mecanismos da habitação social", em complemento com uma estimulação dos apoios à própria compra de habitação.

Em relação à toxicodependência e aborto, as opções da CDU recaem sobre a criação de salas de chuto e a despenalização do aborto, respectivamente. Mas "em conformidade com uma política de informação e prevenção", relembra Oliveira. A tão propalada disciplina de educação sexual é vista com bons olhos pelo dirigente comunista, que refere também como fulcral "a valorização pessoal" dos jovens "através da cultura e do desporto".

A JP e o novo modelo de gestão das universidades

Quando questionado acerca do papel ocupado pelas políticas direccionadas à juventude, João Almeida, Presidente da Direcção Nacional da JP é peremptório. Estas "assumem todo o protagonismo e são fundamentais, em toda a actividade da CDS/PP".

A educação é a área em que os populares apresentam mais propostas, passando algumas delas pela introdução de duas novas disciplinas no ensino secundário. Segundo Almeida, "estas duas disciplinas serviriam para facilitar a aproximação dos jovens à vida política". As duas novas disciplinas seriam: "História das

Ideias Políticas e uma disciplina em regime de seminário", em que os vários partidos "disporiam de um determinado período de tempo para apresentarem os seus programas" às turmas de 12º ano.

Já situando–se no universo do ensino superior, uma das principais propostas passa por um "novo modelo de gestão das universidades", dado que "neste momento, por exemplo, as propinas não são usadas para melhorar as condições", mas para pagar "despesas correntes". Outras das medidas que dizem directamente respeito ao superior, são o "cheque–educação", que "permitirá a todas as famílias o direito de optar pelo esquema de ensino que querem para os seus filhos", e a continuidade da "separação entre politécnicos e ensino superior", mas com "uma dignificação do politécnico", salienta João Almeida.

A problemática da toxicodependência só terá resolução com a "revogação da lei de discriminalização da droga", e o "investimento numa prevenção" apontadas "àqueles que não consomem e àqueles que já consumiram" e estão recuperados, como preconizam os jovens populares.

A JP e o partido do qual é a juventude partidária são contra uma eventual despenalização do aborto. Esta tão actual questão deve ser tratada segundo a perspectiva de "responsabilização dos homens", visto ser "muitas vezes por pressão masculina que as mulheres são obrigadas a recorrer a abortos clandestinos", refere João Almeida. A "introdução de uma "disciplina de educação sexual opcional nas escolas", seria uma forma de solucionar o problema.

O jovem Bloco de Esquerda e as suas medidas para os jovens

O Bloco de Esquerda, embora seja o único partido sem uma juventude partidária institucional, coloca as "questões da juventude num plano central". Quem o afirma é Miguel Reis, jovem dirigente do partido, que aponta como principais áreas de intervenção do seu partido a despenalização do aborto, a toxicodependência, a reforma fiscal, o combate ao trabalho precário e as reformas da educação.

É urgente parar–se com as "humilhações" a que as mulheres, "principalmente as mais jovens", são sujeitas. É esta uma das razões apontadas por Miguel Reis para a despenalização do aborto, em conjunto com a necessidade de uma vida digna para todos quantos nascem.

No que diz respeito ao tema da toxicodependência, o bloco defende a legalização das drogas leves e a distribuição de heroína, sob controlo médico, como meio de combater este flagelo social.

O dossier educativo deve ser alvo de medidas "imediatas", afirma o bloquista. As principais contemplam a "redução do número de alunos por turma", e as questões do financiamento, nomeadamente a acção social escolar, consideradas deficitárias. O bloco é ainda manifestamente contra a revisão curricular do ensino secundário.

As promessas eleitorais

PS

. programa integrado de melhoria dos níveis escolares em matemática, português e inglês no ensino básico

. garantir a todos os jovens até aos 18 anos uma formação complementar à inserção no mercado de trabalho

. aumentar a estabilidade do corpo docente e valorizar mais os melhores professores

. intensificação das políticas de redução de riscos, e criação de salas de consumo assistido

. articulação entre a política da droga e a política de combate ao VIH/SIDA

PSD

. desenvolver um plano de emergência para o ensino do português, da matemática e das ciências

. introduzir uma cultura de exigência e de avaliação continuada

. fortalecer a ligação entre universidades e empresas, facilitando o primeiro emprego dos jovens licensiados

. rejeitar a criação de salas de injecção assistida e prescrição da heroína

. programas de formação e educação sobre toxicodependência e alcoolismo nas escolas

CDU

. gratuitidade dos livros escolares no ensino público até ao término da escolaridade obrigatória

. alargamento da rede pública do pré-escolar e da escolaridade obrigatória para 12 anos

. suspensão da revisão curricular no secundário

. concretização da lei de despenalização do consumo de drogas

. prevenção eficaz da toxicodependência no meio escolar e em grupos de risco

CDS/PP

. reintrodução dos exames nacionais obrigatórios no final do 4º, 6º e 9º anos do ensino básico

. alargamento da escolaridade obrigatória até ao 12º ano

. impossibilidade de acesso ao ensino superior a alunos com nota inferior a 10 valores

. proibição das salas de injecção assistida

. reforço das políticas de sensibilização e da terapêutica no combate à toxicodependência

BE

. suspensão da revisão curricular, corrigindo os aspectos mais controversos e redifinindo os seus objectivos

. controlo da influência da indústria de ensino e dos manuais escolares no exercício da escolarização

. redução do número de alunos por escola e por turma em função de aulas mais dinâmicas

. criação das salas de injecção assistida, alargando o seu âmbito aos estabelecimentos prisionais

. despenalização do acto de consumo de drogas

Opinião

Há dias assim

José Carlos Santos

1. Há dias o cartoonista Luís Afonso, aquando da sua interessante visita ao Departamento de Engenharia Civil, dizia na sessão com os alunos que cada vez mais a política utiliza a linguagem do futebol e o futebol é invadido pelos signos da política. O autor do "Bartoon" identificava um dos equívocos presentes nesta campanha eleitoral.

O primeiro decorre, desde logo, da constante afirmação, quer por parte dos dois principais partidos, quer pela comunicação social, que estamos perante a eleição do próximo primeiro–ministro. Ora, se não estou em erro, o Presidente da República convocou umas eleições para o dia 17 de Março designadas de legislativas, i. e., servem para eleger os deputados representantes dos cidadãos no órgão máximo da democracia representativa - a Assembleia da República. Ainda que se saiba que o próximo primeiro–ministro será um dos dois líderes dos maiores partidos, a ideia feita para além de tresandar a bipolarização, reduz aquilo que caracterizava a nossa democracia - a pluralidade. Os meios de comunicação social jogam aqui no mesmo campo do "centrão". A bola não sai do centro do terreno e quanto muito é chutada para canto.

Associado a este primeiro equívoco, está aquilo que Ignatio Ramonet chama de "personalização da política". Um partido é um rosto, um rosto de um homem, um homem com um carácter, um carácter que seja convincente. Se um aparece com uma dinâmica de vitória fazendo prognósticos antes de ser atirada a moeda ao ar, o outro segue a máxima que o melhor ataque é a defesa e que se a força da técnica se sobrepuser à táctica da força a esperança é a última a morrer, até porque ainda é "matematicamente possível".

2. Há dias Vital Moreira , quando se dirigia a Ferro Rodrigues no encontro do líder socialista com docentes e investigadores da Universidade de Coimbra, dizia que se já sabia o que o PSD queria para a educação, um programa "francamente mau", nas palavras do professor de Direito, o programa político do PS nesta área era pouco nítido e dava azo a leituras algo ambíguas. O certo é que Durão fala de competitividade e Ferro tem a avaliação na ponta da língua (a este respeito convém lembrar as paixões antigas e outras cargas emocionais das autoridades sobre aqueles que ousavam exercer o direito à indignação).

Fala–se de educação sem enquadrar devidamente as implicações da aplicação do Diploma de Bolonha, tratam–se os alunos como números redondos e arruma–se a Constituição da República no baú quando o líder do PSD afirma de bom grado que a gratuitidade do ensino é um mito.

3. Há dias dava comigo a cogitar porque é que estas eleições são as mais importantes dos últimos vinte anos. Primeiro percebi que o último grande acto eleitoral acontecera pouco depois de ter nascido, depois acabei por ficar convencido que afinal o que define estas eleições é o regresso das ideologias: esquerda e direita eram novamente palavras na boca dos políticos. Mais tarde, pensei que afinal essa história da esquerda e da direita pertencia ao século passado e o que o país precisa é de uma maioria estável tranquilamente impositiva e que mantenha o povo, essa entidade colectiva em vias de extinção, sossegado e descansado quanto mais não seja porque há sempre quem decida por nós depois de termos colocado a cruz no boletim de voto.

Editorial

Sérgio Alves

O Jornal A CABRA dedica hoje, na sua edição número 76, o destaque às eleições legislativas do próximo dia 17 de Março, encerrando desta forma o espaço que lhes decidiu atribuir nas suas últimas três edições. E fazêmo–lo correndo um risco, conscientemente: explorar aquilo que jornais, rádios e televisões - de uma forma mais ou menos cosmética, mais ou menos sensacionalista, mais ou menos séria -, já antes, exploraram até ao limiar da exaustão, cansando ainda mais aqueles que normalmente já padecem de um amorfismo compulsivo, sujeitando–nos a reproduzir dados e informações há já muito fornecidos e há já muito absorvidos.

Pese embora as condicionantes, cumpría–nos a obrigação de não deixar passar ao lado este acto eleitoral quer pela sua premência, pela assunção das eventuais alterações que podem vir a ser registadas na linha política nacional, quer porque, fundamentalmente, esta não deixa de ser a altura - triste constatação - em que o país mais se predispõe a dedicar alguma da sua atenção àquilo que se vai passando a nível político–institucional em território nacional. E o desafio residiu precisamente em procurar aproveitar da melhor maneira esta disposição, fugindo ao lugar comum, à já infelizmente costumeira superficialidade do quadro romântico dos heróis e paladinos da virtude e certeza políticas, ao histerismo dos comícios, à parafernália da circunstancialmente bem oleada máquina de campanha, das bandeiras desfraldadas por entre discursos inócuos e ininteligíveis, tentando separar o trigo do joio, aproveitando - de toda uma torrente potenciamente trasmissível - apenas aquilo que pudesse, pela sua natureza, ser apelativo ao universo dos nossos leitores.

Neste sentido, depois de nas edições anteriores termos avaliado a forma como as várias estruturas partidárias distritais preparavam a aproximação às eleições - e as suas expectativas em relação às mesmas - e tendo apresentado posteriormente vários cabeças de lista dos partidos por Coimbra, apresentamos agora, de uma forma tão objectiva e sucinta quanto possível, as diferentes propostas dos partidos, nas matérias que aos jovens mais directamente dirão respeito. Muito terá ficado por dizer. Provavelmente, também muito se repetiu. Fica, no entanto, a certeza de se ter tentado abordar o assunto de uma perspectiva diferente.

Simultaneamente, apresentamos nas páginas centrais uma reportagem sobre as juventudes partidárias. Reconhecidamente, a grande fatia da dinâmica que é introduzida na campanha eleitoral, o fervor que alastra pelas ruas, o seguidismo que surpreende, tem os seus alicerces edificados no seio do sub–mundo destas estruturas. Na altura em que assumem a sua maior visibilidade, viajamos até ao seu universo, conhecemos a sua família, observamos as suas movimentações, avaliamos o seu nível de influência.

E esperamos, ansiosamente sentados na poltrona do nacional–porreirismo, o que o rebuliço do próximo domingo nos trará.

Processo de alteração dos estatutos da AAC em marcha

Academia vai à revisão

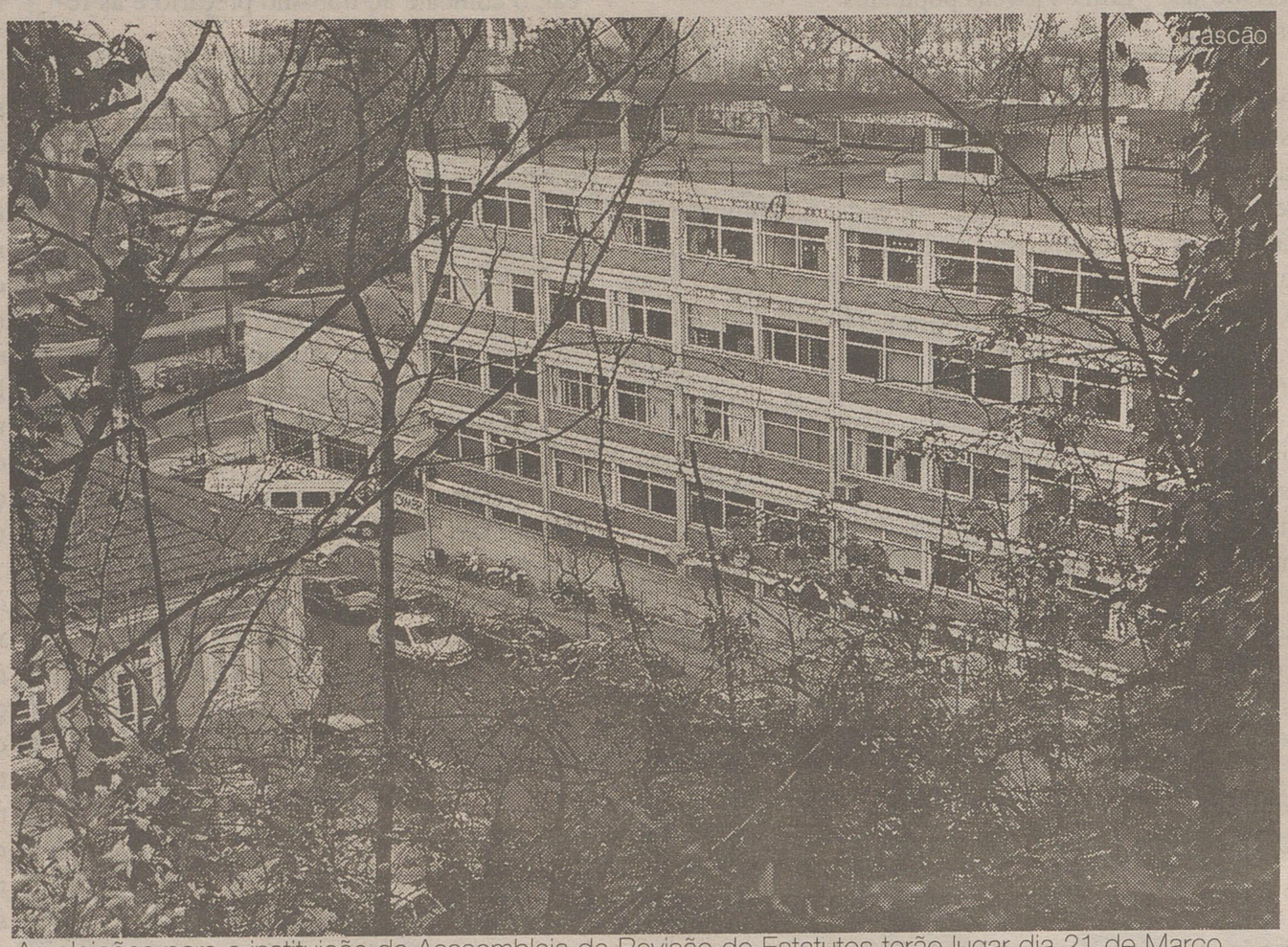
Os estatutos da Associação Académica de Coimbra (AAC) vão ser submetidos a nova revisão. Após cinco anos em vigor, os documentos que regem actualmente a mais antiga academia do país, irão ser adaptados à nova realidade estudantil.

Adriana Silva Afonso
Patrícia Santos Batista

A Associação Académica de Coimbra (AAC) vive tempos de mudança. A Assembleia de Revisão dos Estatutos (ARE) vai ser novamente eleita, de entre as diversas listas candidatas ao cargo. A esta competirá definir a imagem da academia nos próximos cinco anos, bem como a sua relação com as diversas secções que a constituem. 21 de Março de 2002 é a data marcada para as eleições.

No passado dia 28 de Fevereiro, realizou–se uma Assembleia Magna com o único objectivo de aprovar o regulamento das eleições para os elementos constituintes da ARE. Devido à falta de quorum, a aprovação foi levada a cabo pelo presidente da mesa, Joel Rocha.

Este regulamento define, assim, que a eleição será realizada segundo o método de Hondt, ou seja, não existirá segunda volta e que a votação decorrerá num só dia e num só local.



As eleições para a instituição da Asssembleia de Revisão de Estatutos terão lugar dia 21 de Março

As eleições irão decorrer na sala de estudo da AAC por sufrágio secreto, directo e universal, podendo todos os sócios efectivos da AAC usufruir do seu direito de voto. Para tal, basta que apresentem um documento identificativo, como o cartão de estudante ou o Bilhete de Identidade. Contudo, este sufrágio tem em vista a eleição de apenas 20 dos 33 elementos que irão compor a ARE, tendo os restantes 13 um lugar por inerência ou por nomeação dos diferentes orgãos que constituem a academia.

Como afirma Joel Rocha, presidente da Assembleia Magna, "as diferentes listas vão ter o trabalho da divulgação". Para tal, irá decorrer entre os dias 14 e 20 de Março uma campanha eleitoral, onde as diferentes listas apresentam as suas ideias.

Na opinião de Victor Hugo Salgado, presidente da Direcçao Geral da AAC (DG/AAC), estas eleições são "um assunto fundamental para a DG, pois os estatutos mostram o que é a AAC e o que a distingue de tudo o que se passa a nível nacional". Segundo Humberto Martins, ex–presidente da DG/AAC, os estatutos são "as ferramentas essenciais ao dia a dia de trabalho da AAC", regendo, estes, o funcionamento da AAC.

CEF no centro da polémica

Alguns dos pontos consignados nos actuais estatutos são alvo de algumas críticas e perspectivam–se como possíveis mudanças ou situações a esclarecer. Deles se destacam a ligação das diferentes secções à AAC; o funcionamento dos núcleos dentro da academia; a exclusão da Queima das Fitas dos estatutos da AAC e a situação polémica em que se encontra o Centro de Estudos Fotográficos (CEF)

"Para mim o que está mal é a interligação da AAC com os núcleos". É esta a posição assumida por João Luís Jesus, Dux Veteranorum. Este considera que os núcleos são "independentes da AAC e têm uma ligação mais a nível institucional, quando o objectivo inicial era que estes fossem uma extensão da AAC. Na minha opinião constituem quase uma mini- associação dentro da respectiva faculdade ou departamento."

Por parte da DG/AAC, a única proposta de alteração assumida desde já, é a introdução da Queima das Fitas nos estatutos. É a intenção de cumprir "o prometido em tempo de campanha para a DG/AAC", afirma Victor Salgado.

Porém, o cerne da discórdia encontra–se na posição ocupada pelo CEF dentro da AAC. "Este já deixou de ser secção, mas ainda não chegou a ser orgão autónomo", revela Humberto Martins. Contudo, para o presidente da DG/AAC "o CEF ou é uma secção ou um organismo autónomo, e tanto um como outro estão previstos nos estatutos".

Já Joel Rocha considera importante, nesta revisão de estatutos, "explicar de uma vez por todas o que é o CEF, organismo ou secção?". Aguardam–se respostas.

Queima na academia pode ficar definida na próxima revisão de estatutos da AAC

Ser ou não ser... eis a questão

Apesar da alegada crescente necessidade, a grande festa dos estudantes da Lusa Atenas ainda não está contemplada nos estatutos da Associação Académica de Coimbra (AAC). A CABRA foi saber os motivos e esclarecer qual será, afinal, o lugar da Queima das Fitas nos estatutos da AAC, agora que vão ser revistos.

Daniela Pereira

Quando, em 1997, os estatutos da AAC foram revistos pela última vez, ainda a Queima das Fitas estava longe das polémicas que nos últimos anos envolveram tanto a AAC como, mais directamente, o Conselho de Veteranos. Este facto justificou que, na altura, o problema deste evento nos estatutos não fosse posto em causa. Nos dias de hoje, as opiniões já são mais díspares.

Actualmente, a situação alterou-se. Com a proximidade de mais uma revisão estatucional, surge a necessidade de debater qual será a utilidade de também a Queima ter lugar próprio dentro da AAC, quando ela surge, cada vez mais, como uma estrutura própria, independente e muito complexa. A verdade é que, deste a sua "refundação", em 1980, a Queima evoluiu e ultrapassou em muito todas as espectativas. Nos últimos anos, a insuficiência de existir, por exemplo, apenas a Comissão Central, encarregada de toda a organização da Queima, foi realçada pela criação da Comissão Fiscalizadora, em 1991. Esta veio culmatar algumas lacunas a nível financeiro e organizacional desta festa, promovendo ainda mais o seu crescimento.

A actual Direcção Geral da AAC (DG/AAC), ciente desta situação e cumprindo uma das promessas feitas ainda em tempo de campanha, pretende apresentar uma proposta para que a Queima seja introduzida nos estatutos. Isto até porque, para Vitor Hugo Salgado, presidente da DG/AAC, "esta decisão devia ter sido tomada há muitos anos, pois todos os estudantes vêem a Queima inserida na AAC", incluindo a nível logístico. A título de exemplo, é pela Tesouraria que passam as contas deste evento e é das várias secções que partem muitas das iniciativas culturais e desportivas. Assim, para o Vitor Hugo Salgado, "a Queima das Fitas de Coimbra pertence à academia, ela é assim sentida por quase todos", mas falta-lhe a perfeição de existir formalmente. Para este dirigente estudantil, a situação pode vir já a ser alterada na próxima Assembleia de Revisão dos Estatutos da AAC, com a eventual inclusão desta festa nos regulamentos internos da AAC.

Também Humberto Martins, ex-presidente da DG/AAC, considera que não existe nenhuma desculpa para que a Queima não faça parte dos estatutos. Para este dirigente associativo, esta questão deve ser tida como fundamental para a alteração estatucional, para que haja, definitivamente, "um enquadramento jurídico-legal e a sua ligação efectiva à AAC".

Já para João Luís Jesus, Dux Veteranorum, falar em consagrar a Queima nos estatutos da AAC não faz sentido, pois é uma festa feita pelos quartanistas grelados e as eleições são realizadas a nível de cada faculdade, e não por listas na associação. No entanto, ressalva que se essa consagração acontecer nos novos estatutos, também a Festa das Latas deve ser incluída neste documento. Porém, para a autoridade máxima da praxe na academia de Coimbra, "nem a Queima deve estar dependente seja de quem for, nem a Latada subjacente a opiniões políticas; ambas devem ser asseguradas e sempre feitas em prol e pelos estudantes".

Rui
16º Aniversário
THE PARKINSONS
1ª parte: D 30
21 de Março . Le Son . 22 h
Bilhetes: 8€ Autocarros a partir da Praça da República

Foto:©Pedro Medeiros
The Parkinsons, London, 2001

A ousadia de uma rádio diferente

As 107.9 horas de maratona

Após várias actividades dinâmicas promovidas pela Rádio Universidade de Coimbra (RUC), a tentativa de quebrar um recorde do Guinness apresenta–se como a proposta mais arrojada.

Tiago Azevedo

Ao apagar das 16 velas de aniversário, a RUC segue a sua política de fidelização com os ouvintes e traz inovações nas suas emissões, tanto no teor da programação como nos concertos que promove. A principal novidade nas comemorações deste ano é a tentativa por parte de José Braga, locutor da rádio, de tentar quebrar o recorde do programa radiofónico mais longo e desta forma ingressar no livro do Guinness. Esta emissão vai decorrer entre os dias 25 e 29 do corrente mês e durante este tempo tem de estar sempre no ar, correndo o risco de numa pequena falha comprometer o recorde.

Nas palavras de José Braga "é apenas mais uma experiência", mas com o objectivo de "chamar atenção não só para a RUC, mas também para Associação Académica de Coimbra e as suas actividades". André Costa, responsável pelo marketing e publicidade e um dos mentores desta ideia, avalia o caso particular da rádio e afirma que: "a rádio precisa de notoriadade porque não é uma rádio comercial, ou seja, a rádio não tem encargos mensais pesados para pagar, mas precisa de um mínimo mensal, financeiramente falando, para manter a sua estrutura de pé" e os subsídios que recebem ficam aquém do necessário.

Nesta tentativa de quebrar o recorde é necessário seguir regras muito exigentes, que regulam não só o tempo das músicas que vão para o ar como também o tempo de pausa entre as falas do locutor. Para isso a comissão organizadora deste evento elaborou já equipas de apoio ao locutor, que vão tratar da programação, da técnica e da saúde em geral de José Braga. Por sua vez, a informação na rádio vai para o ar um pouco condicionada pois os desenvolvimentos dos informativos vão empobrecer, passando os detalhes das notícias para a página da Internet.

Não vai ser necessária a presença de uma comissão do Guinness, pois a autenticidade do recorde tem de ser garantida pela RUC, que tem de arranjar testemunhas credíveis sem vínculo à rádio, para além de toda a emissão ser filmada. Estas testemunhas têm de cobrir toda a emissão e têm de se revezar em períodos de quatro horas, tendo de estar presentes duas testemunhas por turno. Também é recomendada a presença de uma equipa médica e nesse sentido a RUC está a tentar estabelecer um protocolo com a Cruz Vermelha para que José Braga esteja sempre sobre observação durante esta maratona.

O recorde actual é de 100 horas, três minutos e 22 segundos e pertence a Kristian Bartoz, um sueco que trabalha numa rádio de Estocolmo. O recorde que a RUC pretende alcançar é o de 100 horas, sete minutos e nove segundos que como salienta André Costa: "é uma marca simbólica e tenta dar uma graça ao recorde, já que a nossa frequência é 107.9 FM".

José Braga pretende aproveitar esta experiência ao máximo

PUB

Máquinas Fotográficas
Desde 2.50

Óculos de sol
Desde 4.99

CASH TM
CONVERTERS
COMPRAMOS VENDEMOS TROCAMOS

Televisores
Desde 4.50

COMPRAMOS NA HORA E A DINHEIRO

CD´s de música
Desde 2.50

A melhor forma de vender
Um grande lugar para comprar

Líder mundial no comércio de artigos em segunda mão

Computadores
Desde 124.00

Consolas
Desde 22.50

Aparelhagens de HI-FI
Desde 49.50

Fax
Desde 49.50

Rádios
Desde 2.45

Auto-rádios
Desde 7.50

Segunda a Sábado
das 10h00 às 19h30
(excepto feriados)

Rua Dr. António José de Almeida, 36Tel: 239 84 26 34/5 Fax: 239 84 26 36

Presidência da Pro Urbe muda de mãos

Aposta na continuidade

Em início de mandato, José António Bandeirinha pretende manter a linha de actuação da Associação Cívica, criando simultaneamente "outros horizontes de intervenção".

Carolina Ferreira

Suceder a Boaventura Sousa Santos não é tarefa fácil para o novo presidente da Pro Urbe. Em entrevista ao Jornal Universitário A CABRA, revela projectos e preocupações sobre a vida da cidade, desde a política à cultura e do desporto aos transportes.

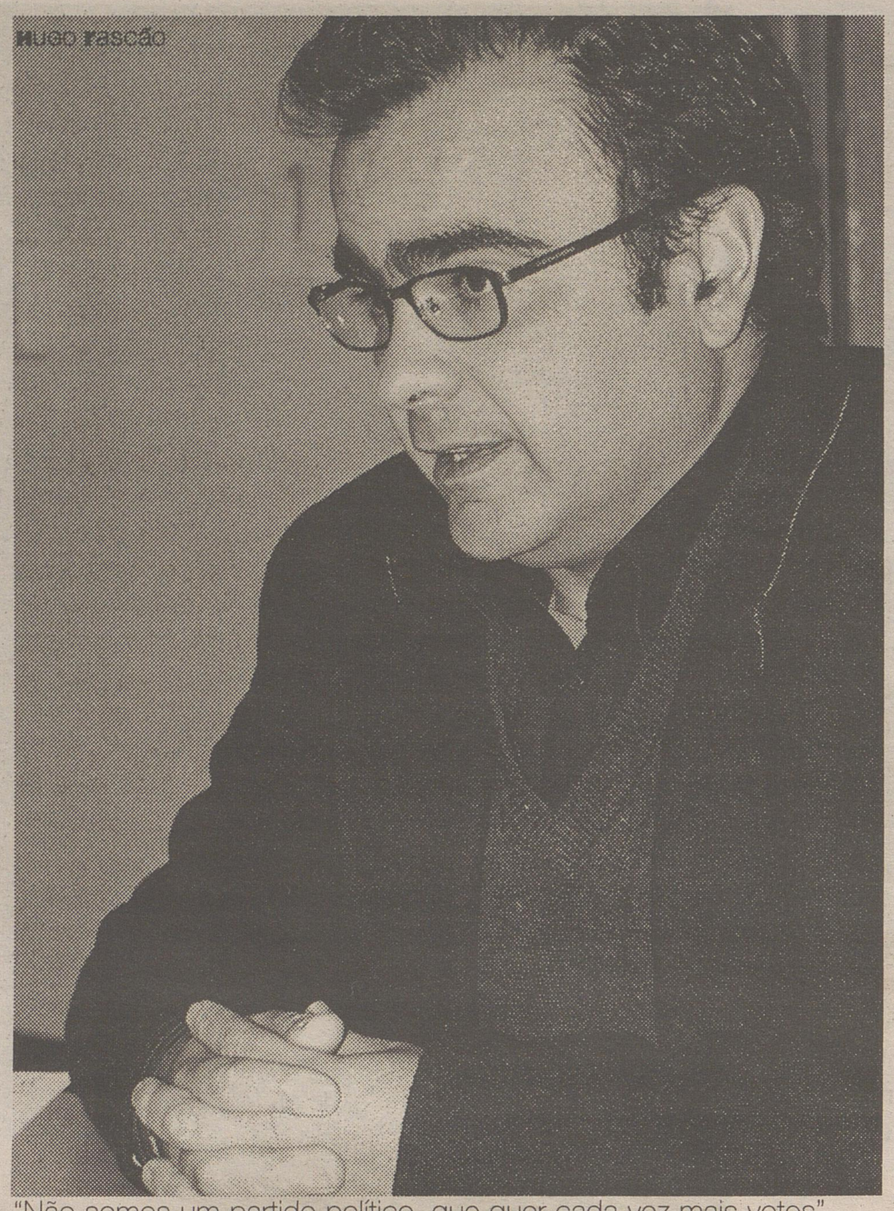
Quais as suas expectativas pessoais enquanto Presidente da Pro Urbe?

É uma situação relativamente difícil porque vou substituir uma pessoa que teve um papel preponderante na definição da actuação da associação nos últimos seis anos, o Prof. Boaventura Sousa Santos. Mas encarei o cargo como uma tentativa de dinamização, para criar outros horizontes de intervenção. O próximo mandato vai ser encadeado segundo duas perspectivas fundamentais: uma de continuidade, porque acreditamos que a ProUrbe tem um papel fundamental em Coimbra; como algo de novo, surge a necessidade de tentar abrir novas frentes de participação dos cidadãos na vida da cidade. Creio que, duma forma evolutiva, a associação vai continuar a sua actividade como até agora.

Como descreveria a actuação da Pro Urbe nos seis anos de existência?

Procuramos questionar a utilização da cidade, da qual as pessoas se alheiam bastante, porque a usam mais do que reflectem sobre ela. Depois, indagamos se a actuação de quem tem responsabilidades sobre Coimbra é a mais adequada. A partir daí, criamos fóruns de discussão, para que as pessoas compreendam que as coisas não acontecem por mero acaso. Há uma rede decisória por detrás da nossa vida, da qual não temos percepção. Tentámos sempre propiciar essa descoberta, algumas vezes pela denúncia. Sobretudo no que respeita às questões urbanas, a comunicação social em Coimbra é muito superficial, não disseca os assuntos. E quando o faz, é mais na perspectiva da sensação do que da realidade.

A Pro Urbe procura criar algumas discussões e apresentar pontos de vista de excelência, de pessoas que sabem sobre o que estão a falar, para trazer para Coimbra uma capacidade de decisão mais elevada. Algumas vezes tem resultado, outras não somos bem entendidos pelos poderes políticos. Na minha perspectiva pessoal é muito difícil, porque porventura a direcção anterior o fazia de forma bastante decisiva. Eu vou tentar, pelo menos, não desmerecer a continuidade.



"Não somos um partido político, que quer cada vez mais votos"

José António Bandeirinha, 44 anos, é arquitecto e docente do Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UC. Aquando do nascimento oficial da Pro Urbe em 1996, o seu nome constava da lista de fundadores. Manteve–se sempre na direcção. Chega agora a Presidente, através da eleição em Assembleia Geral de sócios, realizada no passado dia 25 de Fevereiro. A sua lista constituía a única concorrente.

"A comunicação social em Coimbra é muito superficial"

"Coimbra é depreciada por aquilo que são os sistemas representativos do seu poder"

A Capital Nacional da Cultura constitui, segundo o arquitecto, uma oportunidade que Coimbra não pode perder.

Trata–se portanto de uma continuidade evolutiva?

É claro que temos sempre de evoluir, no sentido de abrir mais campos de acção, alargar a outras frentes de cidadania. Mas isso, para nós enquanto associação cívica, também não é uma obsessão. Não somos um partido político, que quer cada vez mais votos. Pelo contrário, visamos ter uma posição forte, em que as pessoas se podem reconhecer ou não. O objectivo é sempre a subida do grau de exigência, que acho absolutamente necessária na cidade.

Coimbra cultural

Aproximam–se as eleições legislativas. O dia 17 de Março poderá introduzir alguma mudança nos destinos da associação?

As eleições legislativas não dizem directamente respeito à nossa actividade. O que esperamos do novo Governo é uma atenção acrescida aos sítios onde se concentra a maior parte da actividade humana: as cidades urbanas. Em Portugal, e particularmente em Coimbra, são sítios onde é impossível viver: não há mobilidade, nem redes credíveis de transportes públicos, o automóvel tomou conta de tudo; a especulação fundiária em estado bruto tomou conta do planeamento e as pessoas vivem nas condições a que o mercado completamente livre e desregulado da construção civil e da promoção imobiliária as obriga.

Numa perspectiva mais particularizada, acho que o Governo deve reconhecer a Coimbra uma posição diferente na realidade portuguesa. É uma cidade muito antiga que, no seu seio, foi sempre gerando alguns dos pilares da cultura portuguesa. É inevitável dizê–lo, não se trata de chauvinismo. Nas nossas actividades temos sentido muitas vezes que Coimbra é depreciada por aquilo que são os sistemas representativos do seu poder. Não se tem em conta a cultura urbana, aquilo que se vive nos cafés, nas ruas, nas praças. Há outro assunto fundamental: a co–incineração. A luta contra a instalação da co–incineradora em Souselas tem sido uma das prioridades da Pro Urbe. Esperamos que o novo Governo tenha em atenção a saúde pública e o bem–estar dos cidadãos, acima dos interesses económicos.

De que forma a Pro Urbe se relaciona com o projecto Coimbra Capital Nacional da Cultura 2003?

O antigo Ministro da Cultura José Sasportes anunciou a iniciativa, em primeira mão, num debate da Pro Urbe. Estamos com bastante expectativa. Há tão poucas possibilidades desta cidade se afirmar, que não se deve desperdiçar nenhuma oportunidade. De qualquer modo, a importância do projecto, pelo que leio nos jornais, foi perdendo alguma aura. Trata–se de uma manifestação de maneira nenhuma equiparada com outras iniciativas culturais em cidades maiores, como a Expo 98. Os srs. ministros, sucessivamente, e agora o Dr. Augusto Santos Silva, afirmaram sempre que Coimbra não pode ter essa ambição, que tem de ser um evento mais modesto. Estou confiante que se vai fazer o melhor possível, com os recursos disponíveis.

Desporto e transportes

Uma vez que o Desporto constitui uma das vossas áreas de interesse, como têm visto as polémicas acerca da remodelação do Estádio Universitário?

Uma das frentes de trabalho do Congresso "Pela Cidade" foi precisamente o Desporto. As conclusões a que se chegaram na altura foram preocupantes, não só a nível estatístico - porque Coimbra tem um índice baixíssimo de equipamentos desportivos - como também em termos de decadência. Na minha juventude existiam mais equipamentos desportivos do que hoje e a cidade tinha metade dos habitantes. Coimbra tinha um dos espaços desportivos mais magníficos do país, o Estádio Universitário. Neste momento, por pequenas adulterações, por obras sem coordenação geral, transformou–se num espaço próximo da degradação. Para além disso, o número de piscinas cobertas e de estádios era maior.

Acerca da remodelação do Estádio, a Pro Urbe nunca teve a pretensão de interferir. Devia ter existido um programa, logo que a possibilidade surgiu, há três anos. A grande obra desportiva da cidade, que será a frente sul do Polo II e está projectada há seis ou sete anos, também não se vê como pode ser vislumbrada. Neste momento, com a remodelação do Estádio Municipal, prevê–se que o Universitário vá ser adaptado à última da hora para realizar os jogos da I Liga, porque ninguém pensou nisso. É contra este tipo de visão demasiado casuística, de gestão quotidiana, de quem acorda de manhã e se lembra de fazer alguma coisa, que a Pro Urbe quer lutar. Como a situação se está a encaminhar, não nos resta senão desejar que corra tudo bem, porque esta cidade não pode sofrer mais vexames. É demais!

A Pro Urbe tem neste momento outras preocupações?

Gostava de destacar uma que tem passado ao lado das pessoas e que devia ser estratégica, por tocar em muitas dimensões da vida urbana: o metropolitano de superfície. Visa logo duas questões essenciais: a mobilidade e a remodelação dos espaços públicos. O próprio sistema de passagem, as vias de acesso, as paragens, a articulação com uma rede de autocarros alternativa, a criar... era bom que tudo isso gerasse um plano de pormenor para a renovação urbana, segundo padrões de excelência. Não é pôr uns carris na estrada e umas carruagens estrambólicas e aerodinâmicas a andar, com as pessoas todas de boca aberta. Se calhar está a encarar-se este problema com muita leviandade.

A Pro Urbe está preocupada, porque é impossível viver numa cidade em que a mobilidade entr ou em ruptura. Já se marca o dia para ir a determinado sítio, dentro do mesmo espaço urbano. Se o metro começasse bem, poderia resolver estes problemas, e também servir de motor para outras coisas que a cidade necessita: as acessibilidades do Euro 2004, a articulação com os transportes suburbanos e as questões das Comissões de Utentes da Lousã e Miranda do Corvo. Tudo isso é necessário integrar numa perspectiva comum. Particularizar nunca vai resolver nada. Parece–me que não há a vontade férrea que é necessária.

Voos altos para a cidade dos estudantes

Ideias para Coimbra

Ainda antes da realização da Capital Nacional, já se pensa na Capital Europeia da Cultura para 2012. Abílio Hernandez acredita que a organização do evento está ao alcance da cidade.

João Pedro Marques
Marco Carvalho

Hugo Rascão
Coimbra, Capital Europeia da Cultura em 2012?

O presidente da Capital Nacional da Cultura (CNC) - Coimbra 2003, Abílio Hernadez, defende que a cidade se deve mobilizar no sentido de apresentar candidaturas que possam vir a conseguir a organização da Capital Europeia da Cultura 2012, e à elevação de parte da alta a Património Mundial.

Hernandez reconhece que, no actual momento, Coimbra não reúne as condições necessárias para vencer qualquer uma destas candidaturas. No entanto, espera que a realização da CNC possa contribuir para alcançar essas metas, funcionando como ponto de partida para uma cidade com uma maior e melhor oferta cultural, artística e científica, e com provas dadas no âmbito da recuperação e valorização do património histórico. Neste domínio, muito há a fazer: a conclusão da intervenção no Mosteiro de Santa Clara–a–Velha, os trabalhos no Museu Machado de Castro, a realização dos projectos de restauro na Igreja de S. Cruz e na Sé Velha, a transformação do Convento de S. Francisco em estrutura multifuncional para teatro, artes plásticas e núcleo museológico, e a criação do Museu da Ciência da Universidade de Coimbra, que deverá funcionar no Laboratório Chimico e no Colégio de Jesus, são alguns exemplos. Poucas obras, como a construção do Pavilhão Cidade de Coimbra, serão feitas de raiz. "Não há o perigo da cidade se transformar num estaleiro" até porque "todos estes projectos serão escalonados no tempo, durante alguns anos. As obras não estarão prontas em 2003 porque isso não é possível, mas o importante é que se comecem a fazer, e a fazer bem. Senão, não vale a pena pensar em Coimbra 2012 para Capital Europeia da Cultura", afirma Abílio Hernandez. Quanto à elevação de Coimbra a Património Mundial, Hernandez esclarece que se trata de um projecto que se deverá circunscrever a uma parte da alta da cidade e que pressupõe a requalificação da zona. A CNC, sustenta Hernandez, "não deverá ser encarada como o fim de qualquer coisa, mas o início de uma viagem que trará a Coimbra outra dinâmica cultural e que deve ser pensada com largueza de vista, a longo prazo - dez anos - durante os quais muito trabalho poderá ser desenvolvido". Se assim for, acredita que as candidaturas têm pernas para andar.

Abílio Hernandez considera que estes projectos são viáveis se houver vontade e coordenação entre as diversas instituições envolvidas. "Estamos a falar de uma fase de oito ou dez anos para construir aquilo de que precisamos, sendo que muitas das intervenções incidem sobre edifícios que já existem". Acrescenta ainda que "se acharmos que estamos a pensar alto demais estamos a diminuir–nos a nós próprios". Também o presidente da associação cívica Pro Urbe, José António Bandeirinha, considera que Coimbra terá capacidade para ser a Capital Europeia da Cultura 2012. "Esses e outros projectos, que às vezes as pessoas apelidam de megalómanos, são projectos à medida de uma cidade média europeia e que elevariam a capacidade de afirmação de Coimbra. O que é preciso é haver uma capacidade de gestão para levar esses projectos avante, porque a sociedade civil concerteza que lhes saberá responder", sublinha.

Metro pronto a arrancar

Reestruturação das acessibilidades e alterações significativas da circulação urbana são algumas das modificações que o metro promete trazer para Coimbra. Porém, parajá, os principais problemas prendem–se com o financiamento deste projecto.

Luísa Bourbon

O metro em Coimbra está a um passo da materialização, o que implica uma nova dinâmica ao nível das acessibilidades e um reordenamento territorial que aposta no conceito de intra–operabilidade. No entanto, a não distribuição das verbas comunitárias a curto prazo poderá pôr em causa o projecto.

A possibilidade de, em 2007, o metropolitano ligeiro de superfície ser já uma realidade depende do aproveitamento dos financiamentos comunitários disponíveis previstos pelo Plano Operacional do Centro, segundo refere a Armando Pereira, presidente do Conselho de Admnistração da Metro Mondego. Para que tal seja possível, é consensual a urgência do arranque definitivo do processo do concurso internacional para execução da obra. Até ao final deste mês, está em aberto a hipótese de usufruir dos 135 milhões de euros (27 milhões de contos) no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio. Passado este prazo, as certezas relativas ao financiamento estarão em jogo, com esta verba a ter de ser aplicada noutros projectos no âmbito dos transportes e das acessibilidades.

Mas, concretizando–se a viabilização do metro, questionam–se quais serão as mais–valias adjacentes à realização deste empreendimento. Aumento qualitativo da acessibilidade a Coimbra e revolução da dinâmica de circulação dentro do centro urbano, são duas das razões apontadas pela Metro Mondego. Indo de encontro aos interesses reais das populações, esta empresa pretende um serviço de transporte de maior qualidade, mais rápido, moderno e amigo do ambiente, o qual terá capacidade para 250 lugares. Na opinião de Armando Pereira, este meio de transporte é "rápido, cómodo e seguro", reunindo "todas as condições para facilitar a vida das pessoas".

Serão dois os percursos, integrados no espaço de Coimbra que este eléctrico rápido irá percorrer. O primeiro percurso é a chamada linha de Serpins, que irá ligar esta vila e a actual estação de Coimbra B. O segundo estende–se desde a actual Estação Nova até os Hospitais da Universidade de Coimbra, percorrendo a Baixinha pelo antigo Bota Abaixo. Este último percurso está a gerar alguma polémica devido às expropriações necessárias para a sua implantação. As eventuais aquisições de propriedades privadas mediante indemnização poderão vir a constituir um entrave e contribuir para o atraso ao andamento do processo. Mas as negociações só começarão depois de lançado o concurso público.

Outro dos pontos que está a gerar controvérsia é a envergadura das obras a realizar e suas consequências na vida normal da cidade. Desta forma, os transtornos serão inevitáveis, mas serão circunscritos ao menor tempo possível, segundo afirma a Metro Mondego. Para minimizar estes incómodos, a empresa responsabiliza–se pelo transporte alternativo entre Serpins e Coimbra Parque, assegurando os mesmos horários praticados pela CP. Do mesmo modo, para amenizar as inevitáveis e incontornáveis dificuldades, a Metro Mondego propõe também um serviço de informação constante, que passa por guichés de informação colocados em pontos estatégicos da cidade, boletins informativos e um site na Internet de modo a que todos possam estar a par do desenvolvimento das obras.

Para contrariar as tomadas de posição mais negativas, os responsáveis chamam a atenção para as vantagens a alcançar a médio prazo: redução do tempo, aumento da oferta de transportes públicos e a acessibilidade facilitada ao centro da cidade. Assim, um dos objectivos maiores destes eléctricos rápidos é constituir–se como alternativa concreta e plausível à viatura própria, conduzindo assim a uma progressiva reordenação do tráfego em Coimbra. Serão uma forma eficaz e ecológica de colmatar a invasão rodoviária que está a aumentar a um ritmo acelerado, declara a Metro Mondego. Para Armando Pereira, no meio da parafernália da urbe, "a cidade tem que garantir a sua própria sobrevivência. A cidade vai levar uma "mexidela", mas é um projecto para os nossos filhos", conclui este responsável.

Sta Clara: o silêncio e o futuro

O entusiasmo em torno de projectos como o Euro 2004 ou a Capital Nacional da Cultura 2003 acaba por fazer com que outros projectos, não menos importantes, caiam para segundo plano. O caso da reabilitação do Mosteiro de Santa Clara–a–Velha é paradigmático.

João Pedro Marques
Marco Carvalho

Em Dezembro de 1995, o IPPAR (Instituto Português do Património Arquitectónico), ao iniciar as obras de infra–estruturação do Mosteiro de Santa Clara–a–Velha deparou com importantes e, até à altura, insuspeitados vestígios arqueológicos. A descoberta fez com que o projecto inicial de reabilitação do monumento fosse suspenso e que um novo rumo de valorização das estruturas do antigo mosteiro se delineasse.

Sete anos depois do ínicio da investigação arqueológica, o balanço da empreitada no mosteiro que a Raínha Santa mandou construir em 1316 (nas imediações do qual terá, de acordo com a mitologia popular, acontecido o milagre das rosas), apesar de desconhecido da grande maioria da população de Coimbra, revela–se, na opinião de Artur Corte Real, arqueólogo responsável pela exploração e coordenação da investigação científica, "bastante positivo do ponto de vista histórico".

Adjudicada no passado mês de Setembro, a construção da cortina de contenção periférica que irá permitir o desassoreamento de uma zona que permaneceu continuamente inundada, submissa ao lodo e ao silêncio durante mais de quinhentos anos, impõem–se como a infraestrutura mais importante de um leque de infraestruturas que, até ao final de 2006, dotarão o espaço envolvente ao Mosteiro de Santa Clara–a–Velha, de um núcleo museológico (da autoria do arquitecto José Alves Costa) onde as peças descobertas ao longo de todos estes anos de intervenção possam vir a ser expostas.

Dois mil e seis será, aliás, o ano em que o mosteiro abrirá por completo ao público e em que se esperam extintas todas as empreitadas.

Todas, à excepção da investigação arqueológica. Artur Corte Real está convicto de que Santa Clara irá anda surpreender bastante: "Uma pedra ou uma ruína necessitam de ser interpretadas, senão não deixam de ser apenas uma pedra ou uma ruína", afirma Corte Real. "Por isso, a empreitada de Santa Clara–a–Velha não pode de forma alguma morrer com o fim da empreitada civil, previsto para 2006", conclui o arqueólogo.

Balanço de um país à beira–mar plantado

Estado da Nação

Após seis anos de guterrismo, Portugal encontra–se a poucos dias daquelas que serão as mais importantes eleições dos últimos anos. Porém, que país é este que António Guterres nos deixa? A CABRA deitou mãos à obra e traça o retrato de um país politicamente dividido.

Emanuel Graça

Os cerca de 10 355 830 cidadãos que constituem o Estado português vivem dias politicamente agitados. No entanto, que Portugal é este que nos últimos seis anos aumentou em cerca de dois milhões de contos a sua despesa pública, onde apenas metade da população domina as linguagens informáticas ou onde apenas 5% das presidências de câmara são ocupadas por mulheres?

"As viragens de milénio são propícias às grandes utopias", disse o ainda primeiro–ministro português, António Guterres, quando se dirigiu em Nova Iorque, a 6 de Setembro de 2000, à Assembleia do Milénio das Nações Unidas. O certo é que, em seis anos, o ex-secretário-geral do PS conseguiu evitar a utopia e as grandes virgens no país: apesar das reformas na saúde, mais de 90 mil portugueses aguardam em listas de espera para serem operados, os crimes contra as pessoas aumentaram mais de 20% e a inflação não parou de subir, atingindo os 4,4% no ano passado. No reverso da moeda e como fruto da obra rosa destacam–se a luta contra o desemprego, com o país a viver uma situação de quase "pleno emprego" (uma taxa actual de 96% da população activa empregada, uma das mais altas da União Europeia), com todos os índices de consumo em franca ascensão e com o investimento público na investigação e desenvolvimento científico a crescer em mais de 140%.

Portugal continua longe dos indicadores médios europeus

País cansado de políticas

Entretanto, o descontentamento popular e o alheamento à política em geral marcam, cada vez mais, a sociedade lusa. Fruto deste fenómeno político bastante particular é uma abstenção em crescimento, a rondar valores perto dos 40%. Num país onde mais de metade da população admite não possuir hábitos de leitura, onde apenas três em cada dez portugueses assistiu a um espectáculo ao vivo entre 2000 e 2001 e onde a "Maria" é a publicação mais vendida, talvez seja compreensível o porquê do "Anjo Selvagem" bater, em audiência, o único debate televisivo entre os dois principais candidatos a primeiro–ministro.

Em parte, talvez a razão destes valores se relacione com o facto do Portugal do novo milénio ainda incluir uma franja significativa de analfabetismo nos seus valores estatísticos, a rondar os 14%. Para Rui Santos, Director Regional da Educação do Centro, este resultado não representa, porém, a realidade do país de hoje. Segundo o próprio, este valor é, sobretudo, uma das heranças pesadas do salazarismo.

A comprovar estas afirmações está o facto de, actualmente, cerca de um décimo da população portuguesa apresentar no seu currículo um curso superior. Em dez anos, a percentagem de indivíduos entre os 18 e os 22 anos que frequentavam este tipo de ensino aumentou de 11% para cerca do triplo. No entanto, o aumento brutal do número de universidades privadas, a alegada falta de qualidade de alguns cursos e a baixa procura do ensino superior não universitário, de cáracter eminentemente técnico, lançam algumas dúvidas sobre o real aumento da qualificação dos portugueses.

Economia a meio gás

Na vertente económica, Portugal possui como cartão de apresentação a taxa de produtividade mais baixa dos Quinze. Estranho para o país que tem a média de horas de trabalho mais alta da União Europeia e uma taxa de actividade superior à média. Este mal crónico, que se repete há quase vinte anos é, por um lado, fruto de uma mão–de–obra mal preparada e, por outro, resultado da produção portuguesa ser eminentemente caracterizada por actividades de produção intensa mas de baixo valor acrescentado. Desta forma, a produtividade da mão–de–obra lusa apenas atinge 60% da produtividade da média europeia.

Noutro campo, o Produto Interno Bruto (PBI) português, após seis anos de taxas de crescimento superiores à média europeia, começou a reflectir a recessão da conjuntura mundial actual (que se deverá manter ainda negativa em 2002). Para Mário Frota, jurista, "é necessário que se incremente o PBI: isso só se faz através de um reforço da produção e de níveis de produtividade e de competitividade que nos imponham no "concerto das nações" mas, por outro lado, é preciso não esquecer que o país não pode continuar a empobrecer nem pode, na realidade, avolumar ou engrossar as hostes dos deserdados da fortuna". Na opinião deste jurista, "uma mão dura nas finanças, por si só, não resolverá os problemas se não houver políticas sociais consequentes e uma certa animação da economia porque, de outra forma, não se atingirão os objectivos que importa lograr atingir".

Traduzindo os números complexos da economia em pessoas, o proletariado das empresas privadas portuguesas pode gabar–se de, nos últimos seis anos, ter dimínuido o número médio de horas semanais de 41 para 39. Uma vitória que, aliada ao "pleno emprego" português, ao índicie de criação de emprego superior à média europeia e ao Rendimento Mínimo Garantido, coloca Portugal num dos países em que as preocupações sociais são mais evidentes. Porém, o salário mínimo mais baixo da Europa demonstra que ainda há muito por fazer.

Num momento particularmente importante para o povo português, é díficil não fazer prognósticos. Se os indicadores podem, como refere Mário Frota, não ser autênticos nem reais, o certo é que são dados a não menosprezar. Numa eleição em que se pedem estadistas e não políticos, resta agora saber quem vai ganhar: a Mariana de "Anjo Selvagem" ou a democracia nacional.

Guterrismo em revista

Crónica de uma saída anunciada

Quando, a 1 de Outubro de 1995, o povo português deu a vitória a António Guterres e ao PS, com 43% da votação total, dificilmente se poderia antever o drama que constituiria a sua ascensão e posterior queda. O homem que retirou das bandeiras vermelhas o punho do PS e que cultivou a rosa podia então gabar–se de ter conseguido acabar com a reinante hegemonia do PSD sem, no entanto, imaginar as dificuldades que o futuro lhe reservava.

No seu primeiro mandato, o então "menino bonito" da família socialista brilhou e conseguiu cumprir os critérios de convergência do Euro, terminou as obras de Estado provenientes da era do cavaquismo e ainda cometeu a proeza de aumentar a função pública sempre acima da inflação.

Numa conjuntura favorável, António Guterres lucrou com o sentimento de união nacional que se criou, primeiro em torno da Expo 98 e, mais tarde, em relação a Timor. Por outro lado, o momento de deriva em que estava mergulhado o PSD e a falta de uma oposição credível auspiciavam–lhe uma vitória fácil para um segundo mandato. No entanto, a 10 de Outubro de 1999, um punhado de votos decidiu um empate técnico na Assembleia da República, com 115 deputados para o PS e 115 deputados para a oposição, que iria marcar o futuro político de Guterres e condicionar toda a sua estratégia.

As dificuldades começaram a surgir logo no ano seguinte. A saída de Manuel Maria Carrilho do Ministério da Cultura e a demissão de Fernando Gomes da Administração Interna evidenciavam o desgaste do executivo por si liderado. Por outro lado, o orçamento "limiano" de Daniel Campelo lançava o início da polémica em relação ao Orçamento de Estado.

Este ambiente de contestação e controvérsia continuou a crescer em 2002. Apesar das alterações induzidas, o primeiro–ministro rosa não conseguia parar a dinâmica descendente. No entanto, a incapacidade da oposição em se afirmar claramente como uma alternativa garantia a relativa tranquilidade de Guterres. Mas a queda da ponte de Entre–os–Rios, os inícios de recessão da economia portuguesa, as controvérsias internas e os retrocessos no que toca à questão da taxa de alcoolemia na condução acabaram por lançar o actual presidente da Internacional Socialista numa espiral de críticas e desgaste político que se traduziram nos resultados autárquicos de 16 de Dezembro de 2001.

Na sequência desta derrota, Guterres decide abandonar o governo. Ao fim de seis anos, a obra que se pode apontar ao ex–secretário–geral do PS é dúbia: conseguiu unir os portugueses em torno de objectivos nacionais, mas acabou por não resistir à pressão e ao desgaste da sua imagem.

Para o futuro, poucos são os que acreditam que Guterres volte à vida pública nacional durante os próximos tempos. No entanto, é muito provável que em 2006 o país assista ao esperado confronto entre as duas principais figuras políticas portuguesas da década de 90: António Guterres e Cavaco Silva.

O futuro da Europa em debate até 2003

União Europeia - que futuro?

A Convenção sobre o Futuro da Europa iniciou os seus trabalhos no passado dia 28 de Fevereiro, em Bruxelas.

Manuel Eduardo
Silvia Matos

Federalismo, constituição e alargamento em discussão no seio da União Europeia

Decorre, desde o passado dia 28 de Fevereiro uma Convenção que tem por objectivo preparar propostas para o futuro institucional da União Europeia. Grandes e pequenos, futuros e actuais membros, federalistas e soberanistas, num frente a frente até ao próximo ano.

Como aproximar os cidadãos, sobretudo os mais jovens, do desígnio europeu e das instituições europeias; que modelo político para uma União a 28; que papel para a União Europeia (UE) no mundo pós–guerra fria, são os desafios inerentes a esta Convenção. Mas a ambição é produzir, dentro de um ano, uma proposta de Constituição para uma Europa alargada, estando toda esta reflexão nas mãos de 105 membros, originários de 28 países - os actuais Quinze e os treze candidatos à adesão (incluindo a Turquia).

O projecto é totalmente inédito numa UE em que as reformas do tratado são decididas unanimemente pelos governos, à porta fechada, nas chamadas conferências intergovernamentais (CIG).

De referir, antes de mais, que a Convenção, cujos trabalhos vão ser conduzidos pelo antigo presidente francês, Valéry Giscard d' Estaing, não tem o poder de decidir, mas apenas de apresentar "opções" à CIG de 2004, à qual cabe "a última palavra".

O ponto de partida dos trabalhos da referida Convenção, é um velho diagnóstico: as instituições que foram concebidas para os seis países fundadores da UE atingiram já os seus limites a Quinze e estão ameaçadas de implosão com o aumento de membros.

Rumo ao federalismo?

A UE está actualmente num impasse, o qual só se resolve com avanços significativos naquilo que são os dois princípios e objectivos fundamentais das comunidades europeias: o alargamento e o aprofundamento. Relativamente a este último, segundo António Martins da Silva, docente da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC) "a UE chegou a uma situação em que é um gigante em termos económicos, mas um anão quanto a uma intervenção significativa nas questões e estratégias internacionais". Como actualmente existe um único líder na condução dessas estratégias (EUA) é, pois, necessário algum equilíbrio, um outro parceiro, com uma visão e uma experiência diferente do mundo.

Ora, isso, na opinião do docente, "implica um avanço no sentido federal. Não temos que ter medo deste conceito". O receio do federalismo advém do facto das pessoas o ligarem à ideia de perda da identidade nacional. A contrariar esta ideia, Alfredo Marques, docente da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC), defende que "o Estado Federal existe para respeitar as identidades das várias unidades federadas, das regiões e dos estados, para gerir em comum os interesses também comuns. Portanto, não há aqui qualquer risco de perda de identidade". Mas se a questão for a perda de centralidade, aí o docente mostra–se reticente, acreditando que é algo inevitável, pois a integração regional, a supranacionalidade, a partilha da decisão e de poder, significam a perda de centralidade dos estados.

Nesta Convenção terá de se encontrar um modelo próprio de gestão daquilo na UE, para que esta tenha uma voz activa nas questões internacionais, "para não ser mais humilhada como o tem sido até aqui", salienta Martins da Silva.

A ideia de uma federação de estados–nação foi também defendida pelo Presidente da República, Jorge Sampaio. O Presidente expôs em Coimbra, no dia 1 de Março, numa conferência que proferiu no Instituto de Direito Penal Económico e Europeu na FDUC, que a federação seria o modelo político mais adequado à Europa do século XXI. Para pôr este modelo em prática, Sampaio considerou que a maior dificuldade a vencer é a de articular " o princípio da igualdade entre os estados com o princípio de uma democracia europeia moderna".

Possíveis consequências do alargamento

Um dos aspectos para os quais o Presidente português chamou também a atenção na referida conferência em Coimbra, foi o facto de que a inevitável desaceleração dos fundos e a concorrência das economias de Leste (com menores salários e mais educação) tornam ainda mais urgente a batalha da produtividade. Esta é uma questão que remete para a problemática do alargamento, mais precisamente para as suas consequências. Assim, o alargamento a Leste, na opinião de Alfredo Marques, pode ter algumas consequências negativas para o nosso país, na medida em que " esses países, no plano económico, têm algumas capacidades que Portugal não tem, pois têm mão–de–obra barata e com melhor nível de qualificação. São, pois, países bastante atractivos para o investimento internacional", afirma.

Mas para que a UE supere o impasse em que se encontra, há mais dois aspectos importantes, salientados por António Martins da Silva: " Uma política externa e uma política de segurança comuns. Não há qualquer interesse, por parte dos estados, em cada um gerir, por si, as suas relações internacionais". Os pequenos estados, como é o caso de Portugal, não têm uma política externa com capacidade de intervenção nas grandes questões internacionais, assim, as grandes questões externas devem ser geridas em comum e para isso é essencial um exército europeu e uma política europeia de defesa comum. É importante que os problemas europeus, sejam resolvidos pelos europeus, sem que seja necessário "vir a superpotência, extra–europeia e a coberto da NATO (que não actua se os EUA não estiverem de acordo), a resolver problemas dos europeus", acrescenta o docente da FLUC. São pois necessárias algumas alterações de fundo para pôr em prática o alargamento.

Apesar de muitas vozes apontarem o federalismo, até 2003 tudo está ainda em aberto. Da convenção espera–se que saiam propostas concretas e que a marca dominante seja o sucesso. Contudo, o confronto entre grandes e pequenos é apenas um dos muitos riscos de fracasso que pairam sobre a convenção, além do inevitável choque entre federalistas e soberanistas, actuais e futuros membros da UE.

Fica, para já, uma questão relativamente à convenção: será que se trata de um mero exercício académico (em que os assuntos sérios só vão ser tratados depois), ou de um trabalho útil, que não poderá ser ignorado? O decorrer dos trabalhos o dirá.

União Europeia procura novas formas de aprofundamento político

Uma Constituição Europeia?

Apesar de não ser o principal designio da convenção, é indisfarçável a "ambição" de uma arquitectura constitucional europeia.

Num possível benefício dos países pertencentes à UE, este possivelmente será maior para os países mais pequenos que só terão a beneficiar se esta vier a formularizar–se.

Segundo Martins da Silva, docente da FLUC, esta é a solução, isto "se quisermos um desenvolvimento mais harmonioso, mais equilibrado, maior justiça, segurança, maior respeito pelas individualidades e identidades de cada região ou Estado".

Não vai ser certamente um processo fácil, já que numa Europa multicultural, onde os diferentes povos têm uma dimensão muito abrangente, é de notar que uma Constituição Europeia, terá de ter uma nota consensual.

No passado dia 1 de Março, numa conferência no Instituto de Direito Penal Económico e Europeu na FDUC, o presidente Jorge Sampaio deu a sua definição de Constituição Europeia. Ao considerar esta como " um pacto de refundação da Europa, uma espécie de novo contrato social da união política, que deveria incluir a carta dos direitos fundamentais bem como o modelo social europeu", demonstrou a sua abertura em relação ao tema.

Esta discussão futura entronca numa crítica doutrinária que se relaciona com o "défice democrático europeu" - ao facto de serem os orgãos da comunidade europeia que criam o direito europeu (e que é vinculativo para os estados–membros), não podemos desligar a inexistência de um "estado europeu" cuja criação seja decidida pelos cidadãos europeus.

Os representantes dos europeus têm de ser, sobretudo, muito sensatos na discussão.

Esperemos pelos resultados.

Uma viagem ao mundo das juventudes partidárias

O que faz correr as "jotas"?

É sempre assim nas alturas eleitorais. As "jotas" mobilizam as "tropas" para o "lufa–lufa–cola–cartaz". As reuniões sucedem–se para discutir as estratégias de marketing que permitam chegar àqueles que estão cada vez mais longe da política: os jovens.

José Carlos Santos

Jorge Nande

A agitação política também chega às camadas mais jovens da população

Encaradas, por muitos, como mera extensão juvenil dos partidos, vistas, por outros tantos, como "antro" de carreirismo político e de jantaradas, as juventudes partidárias portuguesas garantem que essa é uma visão distorcida da realidade. Acham–se mesmo baluartes dos valores políticos e da discussão sobre os temas mais caros aos jovens. É nesta altura de campanha eleitoral que as reuniões são mais concorridas, levam–se às sedes novos inscritos. Assumem, afinal, que toda a mão de obra é pouca para colar cartazes, distribuir propaganda, fazer caravanas e trazer mais um amigo também.

A cor que os jovens trazem às campanhas eleitorais é bem vinda por Miguel Coleta, vice–presidente da Juventude Social Democrata (JSD), candidato em quinto lugar no círculo eleitoral de Coimbra à Assembleia da República e director adjunto de campanha para o distrito. "Sou um cola–cartaz com muito orgulho, mas não fico por aí", afirma o dirigente social democrata licenciado em Ciências Farmacêuticas pela Universidade de Coimbra. Na verdade, a própria colagem de cartazes também já não é o que era. A invasão dos "outdoors", que custam cada um cerca de 1500 euros, levou a que os grandes partidos recorram, muitas vezes, a empresas para fazer o trabalho mais duro.

João Carlos Pauzinho, dirigente da Juventude Comunista Portuguesa (JCP) e membro do Comité Central do Partido Comunista Português, acusa o PS e o PSD de pagarem a jovens, muitos deles não militantes, para colar cartazes e circular com os carros de som da campanha. A denúncia é, porém, rejeitada veementemente pela JSD e pela Juventude Socialista (JS). Pedro Coimbra, engenheiro civil e membro da Comissão Política Nacional da JS, acha mesmo ser "redutor dizer que as juventudes partidárias, nomeadamente a JS, só servem para colar cartazes". O certo é que Pedro Coimbra, jovem também candidato de 28 anos à Assembleia da República em sétimo lugar por Coimbra, reconhece haver dificuldades em passar a mensagem das juventudes partidárias.

"É redutor dizer que as juventudes partidárias, nomeadamente a JS, só servem para colar cartazes"
Pedro Coimbra, membro da Comissão Política Nacional da JS

"As "jotas", à excepção da JCP, são grupos de amigos que se reúnem para beber uns copos e agitar bandeirinhas"
Miguel Reis, dirigente do Bloco de Esquerda

Para João Almeida, presidente da Juventude Popular (JP), a ideia feita de que as juventudes partidárias são um vácuo lugar de luta pelo poder e oportunismo é fruto da actividade "das juventudes maiores", que terão culpa pelo modo como aparecem aos olhos da opinião pública. Para inverter essa ideia, o jovem líder popular acha que é necessário ter uma acção regular e não apenas nas alturas de eleições.

Já Miguel Reis, jovem dirigente do Bloco de Esquerda (BE), estudante de Filosofia na Universidade Clássica de Lisboa, não duvida que "as "jotas", à excepção da JCP, são grupos de amigos que se reúnem para beber uns copos e agitar bandeirinhas". O BE é, de resto, o único dos partidos com assento na Assembleia da República que não tem uma Jota. Embora exista uma organização da juventude que reúne regularmente com jovens até aos 30 anos, "os ideais da juventude são também os do partido", explica Miguel Reis, 23 anos, pertencente também ao Comité Central do Partido Socialista Revolucionário (PSR). A própria definição de ser jovem é variável consoante as estruturas. Na JCP é–se militante até aos 28 anos, enquanto a JS, JSD e a JP admitem membros até aos 30.

Da "Jota" para a Assembleia da República

Numa época em que tanto se fala da crise das ideologias e do afastamento dos jovens da política- ao ponto disso ser arma de arremesso publicitária de uma rádio virada para a juventude que tem como slogan "Política? Ouve só o que te interessa"-, o ingresso nas "jotas" tem motivos variados: por afinidades familiares ou por oposição à tradição política da família, porque um amigo é convincente, por convicções, pelo desejo de participar na vida cívica ou porque à saída de um bar lá estava o jovem do aparelho com as fichas de inscrição na pasta.

Os primeiros passos nos corredores do poder são, muitas vezes, dados dentro das juventudes partidárias. Ganham–se e perdem–se as eleições para as concelhias, "cacicam–se" os votos dos novos militantes inscritos mesmo a tempo de participarem no acto eleitoral e formam–se os futuros quadros dos partidos - aquilo a que se chama o "aparelho". Porém, nem só de lutas internas vivem as juventudes partidárias. Também se discute educação, toxicodependência e problemas da sociedade em geral e da juventude em particular. Para isso, periodicamente, existem as "universidades de Verão e Inverno" da JSD e da JP, os cursos de formação ideológica da JCP e os cursos da JS. São locais onde, durante um fim de semana ou uma tarde se discutem os mais variados temas. A JCP foca, normalmente, assuntos mais ideológicos ligados à história do comunismo e à dialéctica marxista. A JSD e a JS abordam o associativismo e, recentemente, o poder autárquico. A JP reflecte sobre os valores da família, da nação e da democracia cristã.

Os jovens que se destacam mais na actividade das "Jotas" são recompensados e reconhecidos com lugares nas listas para a Assembleia da República. Na Juventude Popular (JP) chega a haver uma cota de 10 por cento de lugares elegíveis nas listas, o que tem como consequência, por exemplo, que João Almeida, presidente da JP, ocupe o quarto lugar nas listas do Partido Popular de Lisboa. No caso da JCP, Margarida Botelho é a deputada que se destaca ao recandidatar–se em quarto lugar por Lisboa, enquanto a JS coloca Jamila Madeira, a secretária–geral, em segundo lugar no círculo eleitoral de Faro e Sónia Fertuzinhos em terceiro por Braga. No caso dos "rosinhas" dificilmente nestas eleições legislativas chegarão aos onze deputados obtidos em 1999, resultado alcançado em consequência da ida para o segundo Governo de António Guterres de alguns dos cabeças de lista e detentores de outros lugares de topo. A JSD coloca em lugares de destaque elegíveis Pedro Duarte, presidente dos jovens sociais democratas, em quarto lugar na lista pelo círculo eleitoral do Porto.

As Juventudes na escola

Porém, antes de chegarem aos lugares cimeiros da "arena política", os "jotinhas" têm um caminho a percorrer. Tudo começa, frequentemente, com a Associação de Estudantes das escolas secundárias e do ensino superior. As listas associativas são um lugar, por excelência, de participação do jovem político que, pretendendo dar o seu contributo para a escola e destacar–se na estrutura da Juventude, integra grupos organizados dedicados à discussão e intervenção no associativismo estudantil. "Muitos políticos com ex-

A Declaração de Bolonha

e as suas implicações no Ensino Superior Português

Suplemento incluído no nº 76 do Jornal Universitário de Coimbra - A CABRA da responsabilidade da Direcção Geral da AAC / Reitoria da UC

"O ensino europeu está em reforma, Portugal e a Universidade de Coimbra não são excepção".

Victor Hugo Salgado
Presidente da DG/AAC

A internacionalização do ensino superior é uma realidade cada vez mais próxima e que tem de ser encarada com responsabilidade.

Tudo começou, e por mais contraditório que pareça, em 1997 em Lisboa, sendo apenas redigido e assinado o primeiro documento formal em 1998, na cidade de Paris, onde os primeiros países signatários foram a Alemanha, França, Reino Unido e a Itália. Esta declaração caracterizou–se por ser um documento breve e de circunstância que em nada aparentava as proporções que viria a assumir.

Um ano depois, numa reunião de Conselho de Ministros da Educação em Bolonha, produz–se uma nova declaração subscrita por 29 países entre os quais se inclui Portugal. Passados três anos finaliza–se este processo com a subscrição de31 paises, aquando da Convenção de Praga.

Este processo de harmonização iniciou–se com uma decisão política onde não foram tidas nem havidas as entidades que mais directamente se relacionavam com o assunto. Agora que já é um processo praticamente irreversível e, independentemente das suas eventuais virtudes ou desvantagens, urge que se faça um debate informado e esclarecido no seio da universidade que permita precaver o futuro que se aproxima a passos largos.

Conscientes desta situação, os alunos senadores apresentaram no último Senado Universitário do passado dia 6 de Março uma proposta que visa alargar o âmbito da discussão a toda a comunidade universitária através de várias iniciativas.

A primeira consiste na divulgação dos documentos essenciais relacionados com este processo, apoiada pela Secção de Jornalismo através do jornal A CABRA, ficando à responsabilidade da Direcção Geral da Associação Académica de Coimbra (DG/AAC) a seriação dos documentos.

A segunda será concretizada pela organização de debates subordinados ao tema "Internacionalização" a decorrer nas faculdades e departamentos tentando perspectivar e adequar este processo às realidades específicas de cada área de conhecimento, contando desde logo com a organização de professores e alunos dos orgãos de gestão.

Para terminar esta fase inicial, será organizado um colóquio onde se pede a presença de personalidades que tenham um conhecimento profundo da matéria, de entre os quais destacamos desde logo Pedro Lourtie e Marçal Grilo, cabendo a organização à Reitoria da Universidade e à DG/AAC.

Declaração da Sorbonne

Declaração conjunta sobre a Harmonização da Arquitectura do Sistema Europeu do Ensino Superior (Maio 98)

A construção europeia efectuou recentemente progressos muito importantes. Mas por mais pertinentes que tenham sido esses progressos, não deveremos esquecer que a Europa que nós construímos não é apenas a Europa do Euro, dos bancos e da economia, deverá também ser uma Europa do saber. Devemos reforçar e utilizar, nesta nossa construção, as dimensões intelectuais, culturais, sociais e tecnológicas do nosso continente. Elas foram, em grande medida, moldadas pelas suas universidades, que continuam a desempenhar um papel preponderante no seu desenvolvimento.

As universidades nasceram na Europa, há cerca de três quartos de milénio. Quatro dos nossos países têm o orgulho de possuir algumas das mais antigas, que comemoram, nesta altura, importantes aniversários, como acontece hoje com a Universidade de Paris. Antigamente, estudantes e professores circulavam livremente e difundiam rapidamente o seu saber pelo continente. Hoje, ainda existe um grande número de estudantes nossos que obtêm os seus diplomas sem terem beneficiado de um período de estudos fora das fronteiras nacionais.

Entrámos num período de grandes mudanças na educação, no que respeita às condições de trabalho, um período de diversificação no desenrolar das carreiras profissionais; a educação e a formação ao longo da vida são uma obrigação evidente. Devemos aos nossos estudantes e à nossa sociedade, no seu todo, um sistema de ensino superior que lhes proporcione as melhores oportunidades para encontrarem a sua própria vocação.

Um espaço europeu aberto ao ensino superior oferece uma grande quantidade de perspectivas positivas, sempre respeitando, decerto, as diferenças, e exigindo, por outro lado, esforços vigorosos na abolição das barreiras e no desenvolvimento de um panorama de ensino, com o intuito de promover a mobilidade e uma cooperação cada vez mais estreita.

O reconhecimento internacional e o potencial de atracção dos nossos sistemas estão directamente ligados à sua legibilidade a nível interno e a nível externo. Um sistema parece evidenciar–se, no qual dois ciclos principais - pré–licenciatura e pós–licenciatura - deveriam ser reconhecidos para facilitar comparações e equivalências ao nível internacional.

A originalidade e a flexibilidade de um tal sistema passa, em grande parte, pela utilização de "créditos" (como no esquema ECTS) e de semestres. Deste modo seria permitida a validação dos créditos obtidos por quem tivesse optado por conduzir a sua formação, inicial ou contínua, em diferentes universidades europeias e desejasse adquirir os seus diplomas ao seu ritmo, ao longo da vida. De facto, os estudantes deveriam poder ter acesso ao mundo universitário fosse qual fosse o momento da vida profissional em que se encontrassem e provenientes de qualquer meio.

De Bolonha não veio só o esparguete

No ciclo que conduz à licenciatura, os estudantes deveriam ter acesso a programas suficientemente diversificados, compreendendo principalmente a possibilidade de seguir os estudos pluridisciplinares, de adquirir conhecimento de línguas vivas e de utilizar as novas tecnologias da informação.

O reconhecimento internacional do diploma do ciclo de pré–licenciatura, como nível passível de qualificação, é importante para o sucesso deste projecto que, desejamos, dê transparência aos nossos sistemas de ensino superior.

No ciclo posterior à licenciatura, poder–se–ia escolher entre um diploma mais curto o de "mestre" e um doutoramento mais longo, gerindo o caminho entre um e o outro. Nos dois diplomas, acentuar–se–ia como convém, a investigação e o trabalho individual.

Em ambos os níveis - pré–licenciatura e pós–licenciatura - os estudantes seriam encorajados a passar, pelo menos um semestre numa universidade estrangeira. Paralelamente, um grande número de docentes e investigadores, deveria trabalhar noutros países europeus, que não o seu. O apoio crescente da União Europeia à mobilidade dos estudantes e dos professores deveria ser plenamente utilizado.

A maior parte dos países, e não somente no interior da Europa, tem doravante plena consciência da necessidade de promover essa evolução. As conferências de reitores europeus, de presidentes de universidades, de grupos de peritos e de universitários, nos seus respectivos países, estão empenhados numa profunda reflexão neste sentido.

Um convénio sobre o reconhecimento das qualificações universitárias foi assinado no ano passado em Lisboa. Este convénio estabeleceu um certo número de condições de base, todas reconhecendo que os países fronteiriços poderiam empenhar–se nestes projectos tornando–os ainda mais construtivos. Com base nestas conclusões, poderemos utilizá–los para ir mais longe. Já existem muitos pontos comuns para que se efective esse reconhecimento mútuo dos diplomas do ensino superior para fins profissionais, por meio de directivas da união europeia.

Os nossos governos continuam, entretanto, a ter um papel importante a desempenhar nesse sentido, estimulando todos os meios de validação dos conhecimentos adquiridos e no reconhecimento dos diplomas respectivos. Contamos promover, deste modo, os acordos inter–universitários que caminhem nesse sentido. A harmonização progressiva das estruturas em conjunto com os nossos diplomas e ciclos de estudo, será possível através de um reforço da experiência existente, dos diplomas conjuntos, dos projectos–piloto e de um diálogo entre todas as partes envolvidas.

Aqui nos comprometemos a promover a criação urgente de um quadro comum de referência, com vista a melhorar a legibilidade dos diplomas, a facilitar a mobilidade dos estudantes tal como as suas aptidões para o emprego. O aniversário da Universidade de Paris, que tem lugar hoje em Sorbonne, é para nós a oportunidade solene para nos comprometermos neste esforço de criação de um espaço europeu do ensino superior, onde possam interagir as nossas identidades nacionais e os nossos interesses comuns, onde nos reforcemos mutuamente em benefício da Europa, dos seus estudantes e, em geral, dos seus cidadãos. Lançamos um apelo a todos os outros Estados membros da União, aos outros países da Europa para se juntarem a nós neste objectivo, a todas as universidades europeias para que seja consolidado o lugar da Europa no mundo, no que diz respeito ao melhoramento e ao ressurgimento continuado do ensino oferecido aos seus cidadãos.

Claude ALLEGRE, Minister for National Education, Research and Technology (France)

Luigi BERLINGUER, Minister for Public Instruction, University and Research (Italy)

Tessa BLACKSTONE, Minister for Higher Education (United Kingdom)

Jürgen RÜTTGERS, Minister for Education, Sciences, Research and Technology (Germany)

Declaração conjunta dos Ministros da Educação europeus reunidos em Bolonha a 19 de Junho de 1999

O processo europeu tem–se tornado uma realidade cada vez mais concreta e relevante para a União Europeia e para os seus cidadãos, graças às extraordinários realizações dos últimos anos. As perspectivas de alargamento, assim como as estreitas relações com os outros países europeus acrescem uma maior dimensão a esta realidade. Simultaneamente, temos vindo a testemunhar uma consciencialização crescente em largas faixas da esfera política, académica e da opinião pública, da necessidade de criar uma Europa mais completa e abrangente, em especial no que respeita à construção e ao reforço das suas dimensões intelectual, cultural, social, científica e tecnológica.

Reconhece–se hoje, amplamente, que a Europa do Conhecimento constitui factor insubstituível para o crescimento humano e social, sendo componente indispensável para a consolidação e para o enriquecimento da cidadania europeia, capaz de fornecer aos seus cidadãos as necessárias competências para encarar os desafios do novo milénio, bem como desenvolver a consciência de valores partilhados e relativos a um espaço comum, social e cultural.

A importância tanto da educação como da cooperação no desenvolvimento e no reforço de sociedades estáveis, pacíficas e democráticas é universalmente reconhecida como da maior importância, sobretudo em vista da situação do sudeste europeu.

A declaração da Sorbonne, a 25 de Maio, que foi sustentada por estas considerações, sublinhou o papel fundamental das universidades no desenvolvimento das dimensões culturais europeias. Acentuou a criação do espaço europeu do Ensino Superior como a chave para promover a mobilidade e a empregabilidade dos cidadãos, para além do desenvolvimento geral de todo o continente.

Vários países europeus têm aceite o convite para se empenharem na concretização dos objectivos propostos na declaração, quer assinando-a, quer expressando, em princípio, o seu assentimento. O rumo de várias reformas no Ensino Superior, entretanto em curso na Europa, provou, da parte de muitos governos, a sua determinação de actuar.

As instituições europeias do Ensino Superior, por sua vez, aceitaram o desafio, assumindo o principal papel na construção do espaço europeu do Ensino Superior, também na esteira dos princípios fundamentais lançados no documento Magna Charta Universitatum de Bolonha de 1988. Este facto reveste–se da maior importância, dado que tanto a independência como a autonomia das universidades asseguram que os sistemas do Ensino Superior e da investigação se continuem a adaptar às necessidades de mudança, às exigências da sociedade e aos avanços do conhecimento científico.

O rumo foi colocado na direcção certa, dentro dos objectivos apropriados. A obtenção de maior compatibilidade e de maior comparabilidade dos sistemas do Ensino Superior requer, no entanto, uma contínua energia para se cumprir plenamente. É preciso apoiá–la mediante a promoção de medidas concretas para progredir com evidentes passos. O encontro de 18 de Junho reuniu reconhecidos especialistas e estudiosos de todos os nossos países que nos deram sugestões muito úteis para futuras iniciativas.

Em especial, deve–se ter em conta o objectivo de elevar a competitividade internacional do sistema europeu do Ensino Superior. A vitalidade e a eficiência de qualquer civilização pode medir–se pela, atracção que a sua cultura exerce sobre os outros países. Precisamos de assegurar que o sistema europeu do Ensino Superior consiga adquirir um grau de atracção mundial semelhante ao das nossas extraordinárias tradições cultural e cientifica.

Ao mesmo tempo que se afirma o nosso apoio aos princípios gerais estabelecidos pela Declaração da Sorbonne, comprometemo–nos a coordenar as nossas políticas de modo a conseguir, a breve trecho, e, em todo o caso, na primeira década do terceiro milénio, os objectivos que se seguem, e que estimamos ser de primordial relevância, de forma a estabelecer-se o espaço europeu do Ensino Superior e a promover o sistema europeu do Ensino Superior em todo o mundo:

• Adopção de um sistema de graus de acessível leitura e comparação, também pela implementação do Suplemento ao Diploma, para promover entre os cidadãos europeus a empregabilidade e a competitividade internacional do sistema europeu do Ensino Superior;

• Adopção de um sistema essencialmente baseado em dois ciclos principais, o graduado e o pós–graduado. O acesso ao segundo ciclo vai requerer o termo com êxito dos estudos do primeiro ciclo, com a duração mínima de três anos. O grau conferido, após o primeiro ciclo, será também relevante para o mercado europeu do trabalho como nível apropriado de qualificação O segundo ciclo deverá conduzir aos graus de mestre e/ou doutor como acontece em muitos países europeus;

• Estabelecimento de um sistema de créditos - como, por exemplo, no sistema ECTS - como um correcto meio para promover a mobilidade mais alargada dos estudantes. Os créditos podem também ser adquiridos em contextos de ensino não superior, incluindo a aprendizagem ao longo da vida, desde que sejam reconhecidos pelas respectivas Universidades de acolhimento;

• Promoção da mobilidade, ultrapassando obstáculos ao efectivo exercício da livre mobilidade, com particular atenção:

1- aos estudantes, no acesso às oportunidades de estudo e formação, bem como a serviços correlativos;

2- aos professores, investigadores e pessoal administrativo, no reconhecimento e na valorização dos períodos passados num contexto europeu de investigação, de ensino e de formação, sem prejuízo dos seus direitos estatutários;

• Promoção da cooperação europeia na avaliação da qualidade, com vista a desenvolver critérios e metodologias comparáveis;

• Promoção das necessárias dimensões europeias do Ensino Superior, especialmente no que respeita ao desenvolvimento curricular, à cooperação interinstitucional, aos esquemas da mobilidade e aos programas integrados de estudo, de formação e de investigação.

Comprometemo–nos, por este meio, a alcançar estes objectivos - no quadro das nossas competências institucionais, guardando um completo respeito pela diversidade de culturas, línguas, sistemas nacionais de educação e da autonomia universitária - para consolidar o espaço europeu do Ensino Superior. Com esse fim, prosseguiremos o rumo da cooperação intergovernamental, em conjunto com o das organizações europeias não governamentais com competência no Ensino Superior.

Espera–se que as universidades, mais uma vez, respondam pronta e positivamente e que contribuam activamente para o êxito das nossas diligências.

Na convicção de que o estabelecimento do espaço europeu do Ensino Superior requer constante apoio, vigilância e adaptação às necessidades contínuas que se vão desenvolvendo, decidimos voltar a reunir dentro de dois anos para avaliar a progressão conseguida bem como os novos passos a dar.

Assinada por 29 países: Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Dinamarca, Espanha, Eslováquia, Eslovénia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Islândia, Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Noruega, Polónia, Portugal, Reino Unido, Roménia, República Checa, Suécia, Suíça.

A Declaração de Bolonha e o sistema de graus do ensino superior

Bases para uma discussão

Pedro Lourtie

Subscrita em Junho de 1999 pelos ministros responsáveis pelo ensino superior de 29 países europeus, a Declaração de Bolonha tem como objectivo central a construção da Área Europeia de Ensino Superior. Partindo dos objectivos gerais de mobilidade, de empregabilidade dos diplomados e de competitividade dos sistemas europeus de ensino superior, esta declaração define seis objectivos específicos, dos quais consta a inteligibilidade e comparabilidade dos graus conferidos nos sistemas europeus de ensino superior. Além disso, avança alguns elementos de estruturação dos graus académicos em dois ciclos, de graduação e pós–graduação, sendo que o acesso ao 2° ciclo pressupõe completar um primeiro ciclo com a duração mínima de três anos.

Seja em consequência da própria declaração, seja porque havia previamente essa intenção, têm vindo a ser introduzidas reformas em diversos países que apontam para um primeiro grau de graduação com uma duração típica de três ou quatro anos, isto é, com 180 a 240 unidades de crédito ECTS. Foi também este um dos resultados do seminário realizado em Helsínquia em Fevereiro de 2001. As tendências verificadas nos diferentes países signatários da declaração constam de dois relatórios, o primeiro preparado para a Conferência de Bolonha e o segundo para a Convenção das Instituições de Ensino Superior, realizada em Salamanca em Março de 2001, e também para a Conferência de Praga, realizada em Maio deste ano. Nesta conferência foi apresentado um relatório sobre o Processo de Bolonha, tendo sido aprovado um comunicado em que se reafirmam os objectivos da Declaração de Bolonha e se apontam vias de desenvolvimento do processo.

No entanto, no decurso dos trabalhos realizados entre Bolonha e Praga, por diversas vezes se levantou a questão de saber se estes limites, 3 a 4 anos, são ou não compatíveis com as exigências de formação para efeitos profissionais em algumas áreas do conhecimento como a Medicina ou a Engenharia. Assim como se verificou que a discussão dos objectivos de formação é mais fácil quando realizada por área de conhecimento a nível europeu do que quando envolve todas as áreas de conhecimento, mesmo que no âmbito de cada sistema nacional.

A situação portuguesa

O sistema de ensino superior português prevê a existência de dois níveis diferentes de graduação, ou seja, do primeiro ciclo: Bacharelato e Licenciatura. O Conselho Nacional de Educação aprovou, em 1993 e em 1995, pareceres que apontam para o desaparecimento destes graus, substituindo–os por um "Diploma de Estudos Superiores", o que significa que a discussão sobre os graus de ensino superior que hoje é suscitada pela avaliação das implicações a nível nacional pela Declaração de Bolonha, não é nova e é, de facto, ressuscitada num novo contexto.

O CRUP apresentou publicamente a proposta de acabar com o Bacharelato, como grau nacional, e de manutenção da Licenciatura, com uma duração de 4 anos.

As questões da supressão de um dos graus e da sua designação são questões autónomas. A primeira tem relevância no quadro internacional e a segunda é apenas relevante a nível interno.

De facto, as designações nos diferentes países para o primeiro grau são diversas, desde o "Bachelor" anglo–saxónico, à "Licence" francesa, passando pela "Laurea" italiana.

Para além do sistema estruturante de graus, os vários países signatários têm outros diplomas com durações diversas, por exemplo, formações curtas que, em inglês, são usualmente designadas por "associate degrees". Em França, na linha do 3-5-8 do relatório Attali, o sistema de graus "Licence–Mastere–Doctorat" é uma superestrutura, sem que tivessem deixado de existir DEUG ou DUT, Maltrise, DEA ou DESS, etc.

A estrutura de graus do tipo "Bachelor"/"Master", em que o primeiro grau tem uma duração entre 3 e 4 anos e o segundo entre 1 e 2 anos, é tradicional em países como o Reino Unido, a Irlanda ou Malta, e está bem estabelecido nos países nórdicos, Islândia, Suécia, Noruega e Dinamarca, embora nestes países persistam formações longas em algumas áreas de formação, estando prevista a sua introdução na Noruega. Este tipo de estrutura foi introduzido em países como a Estónia, Letónia e Lituânia, bem como em Itália, no quadro de uma extensa reforma do sistema, ou na Alemanha, onde coexiste a nova estrutura com os graus tradicionais. Verificou–se também que em alguns países se reforçou, alargou o âmbito de aplicação ou se abriu a possibilidade desta estrutura de graus, como a República Checa, a Eslováquia, a Holanda, a Áustria e a Finlândia.

A discussão sobre a alteração do sistema nacional de graus pressupõe que sejam claros os objectivos que se pretendem atingir. Como foi referido acima, o objectivo essencial é desenvolver a Área Europeia de Ensino Superior, onde seja mais fácil a mobilidade de estudantes e o reconhecimento mútuo de qualificações. A alteração do sistema de graus não é o único instrumento para atingir esse objectivo. A existência de sistemas de créditos compatíveis, baseados nas unidades do ECTS, a aplicação de metodologias de reconhecimento de qualificações como as previstas na Convenção de Lisboa sobre Reconhecimentos, assinada em 1997 e ratificada por Portugal em 2000, a generalização do Suplemento ao Diploma, são outros instrumentos que contribuem para o mesmo objectivo, promovendo a mobilidade internacional, mas também a nível interno.

No entanto, a existência de sistemas nacionais de graus com major nível de semelhança, favorece a possibilidade de prosseguimento de estudos em país diferente, após a obtenção do primeiro grau. Se for feito um trabalho por área disciplinar a nível europeu, no sentido de se procurar um entendimento quanto a um conjunto essencial de objectivos de formu1ação, mais fácil será o reconhecimento das qualificações obtidas em diferentes países e instituições.

Por outro lado, uma major semelhança entre os sistemas nacionais de graus melhora a inteligibilidade desses mesmos graus por parte de eventuais interessados exteriores à Área Europeia de Ensino Superior e o potencial de os atrair, relativamente aos concorrentes mais directos, nomeadamente os Estados Unidos. É desta questão que se trata quando se refere a competitividade dos sistemas de ensino superior europeus.

A redução da duração da formação não é nem um objectivo em si, nem um resultado imediato da Declaração de Bolonha. No entanto, não se poderá deixar de questionar a duração dos estudos em Portugal, em confronto com o que se passa noutros países. Se a duração dos estudos, para obter um determinado nível de formação, for maior em Portugal do que noutros países, está comprometida a capacidade de atrair estudantes de outros países e os estudantes portugueses poderão ser levados a optar por estudar noutro país. Para além disso, está por provar que os sistemas que contemplam uma menor duração dos respectivos planos de estudos tenham uma qualidade inferior de formação dos seus graduados.

Já hoje se verificam situações que põem em causa o nosso sistema de dois níveis de graus. Há estudantes portugueses que obtiveram um Bacharelato em Portugal e que foram aceites em cursos de Master no Reino Unido. Ou seja, ao fim de um tempo equivalente à Licenciatura, obtêm um grau que dá acesso ao Ph.D. que, se o fizerem, terá equivalência ao Doutoramento em Portugal. Acresce que quem consegue seguir esta via são os que têm maior capacidade económica, criando uma situação de injustiça.

Para além da duração curricular dos cursos, há que ter em conta a duração efectiva, ou seja, a questão do insucesso. Esta questão tem de ser objecto de um esforço no sentido de aumentar o sucesso, sem obviamente pôr em causa a qualidade da formação, mas esta é uma questão autónoma da que se propõe discutir.

A discussão que se propõe

Propõe–se a discussão do sistema de graus nacionais, nomeadamente considerando as seguintes questões:

a) Supressão de um dos graus de graduação (Bacharelato e/ou Licenciatura);

b) Duração padrão para o grau único de graduação (processo de Bolonha: 3 a 4 anos ou 180 a 240 unidades ECTS);

c) Identificação das formações dirigidas ao exercício de profissões que não se enquadram no padrão devido a constrangimentos legais, nacionais ou directivas comunitárias, e definição da forma de organizar essas formações e d grau ou diploma a atribuir na sua conclusão (por exemplo, diploma de pós–graduação profissional ou grau de mestre);

d) Reflexão sobre o grau de Mestre e o. respectivo conteúdo de formação, considerando ou não a possibilidade de mestrados de perfil "profissional" (nomeadamente nas situações previstas em c) para além do actual perfil "científico", bem como as condições de acesso a este nível de formação;

e) Implicações para os estudos de doutoramento, nomeadamente das questões colocadas em c) e d), quanto à sua organização, incluindo a eventual generalização de cursos de doutoramento, e às condições de acesso a este grau;

f) Designação do grau único de graduação (Proposta do CRUP: Licenciatura; Proposta do CNE de 1993: Diploma de Estudos Superiores).

Nesta discussão é essencial ter em conta alguns aspectos:

• a realidade dos nossos parceiros no Processo de Bolonha: na medida em que o objectivo é atingir um sistema de graus que seja inteligível e comparável, é importante perceber as reformas que estão a ser introduzidas e perspectivadas pelos nossos parceiros, tendo em vista a aproximação entre os sistemas de ensino superior, mas também as questões essenciais que deverão ser defendidas por Portugal no quadro do Processo de Bolonha;

• os pareceres do Conselho Nacional de Educação sobre o ensino superior: nomeadamente os pareceres 1/93 e 1/95;

• a identificação dos objectivos de formação correspondentes a cada grau, por área do conhecimento: esta questão é importante para que a aproximação entre sistemas não seja apenas formal, mas igualmente de conteúdo; tendo em conta que esta questão deve ser tratada por área de conhecimento, é da maior relevância a exploração dos contactos internacionais que as instituições de ensino superior têm nas diferentes áreas de conhecimento;

• a generalização de um sistema de créditos baseado nas unidades ECTS: o qual foi objecto de propostas por parte do CRUP e do CCISP e que estão a ser trabalhadas para a sua consagração legal;

• o reforço da oferta de formações pós–secundárias profissionalizantes de curta duração: a legislação de suporte aos Cursos de Especialização Tecnológica prevê actualmente a possibilidade de creditar parte da formação para efeitos de prosseguimento de estudos e a intervenção das instituições de ensino superior, oferecendo ou participando na oferta destas formações.

Outubro de 2001

Conclusions and Recommendations of the Seminar to the Prague Higher Education Summit

Rapporteur: Anjta Lehikoinen

Jorge nande

Benefits of developing bachelor–level degrees

These conclusions concern first degrees or first cycle degrees commonly referred to as bachelor- -level degrees. For the sake of clarity, the term bachelor–level degree will be used in this document.

Most European countries have, are introducing or are planning to introduce a higher education degree structure based on a sequence of bachelor, master and doctoral degrees. Reforms in this direction have been carried out in countries with unitary higher education system as well as in countries with binary or dual higher education systems.

Long first study cycles, high drop–out rates and the lengthening of university studies are problems shared by many European countries. Well–planned and efficiently realised bachelor degree programmes help reduce the number of students discontinuing their studies without any qualification and thus facilitates their placement in the labour market while possibly contributing to shortening overall study times. There is a considerable lack of comparability in the European degree structures, which is an impediment to mobility.

The bachelor–master (two–tier) structure offers several advantages in comparison with the long often rather inflexible curricula leading straight up to the master level, which have been traditional in many countries. A main benefit is that students can be offered programmes which allow more easily individual flexibility, which also promotes mobility .The two–tier structure makes room for national and international mobility by contributing to the modularisation of study programmes. In the age of life–long learning, one of the most significant factors speaking in favour of a two–tier structure is that it allows interaction between studies and working life.

Most of the professionally oriented higher education institutions offer at the moment bachelor-level degrees and in many countries master–level degrees are being introduced to these institutions. This development may serve the purpose of diversification of higher education provision. It may also contribute to the efficient use of resources because students do not need to change their orientation at the transition point.

The bachelor/master structure has become a world standard. Its adoption will facilitate better recognition of European degrees both within Europe and in the world and will make it more attractive for international students to consider studying in Europe.

Framework for bachelor–level degrees in Europe

The promotion of mobility in Europe requires increased transparency and comparability of European higher education qualifications. In order to achieve this need some common criteria for the definition of bachelor degrees are needed. This framework should be flexible enough to allow national variations but at the same time clear enough to serve as a definition. These broad definitions should be achieved already in the Prague Summit of Higher Education.

The following factors could be seen as useful common denominators for a European bachelor-level degree:

• Bachelor–level degree is a higher education qualification the extent of which is 180 to 240 credits (ECTS). It normally takes three to four years of full–time study to complete the degree. Bachelor–level degrees play an important role in the life–long learning paradigm and learning to learn skills should be an essential part of any bachelor–level degree.

• It is important to note that the bachelor–level degrees, often referred to as first degrees can be taken at either traditional universities or at professionally–oriented higher education institutions. Programmes leading to the degree may, and indeed should have different orientations and various profiles in order to accommodate a diversity of individual, academic and labour market needs.

• In order to increase transparency it is important that the specific orientation and profile and learning outcomes of a given qualification are included in its title and explained on the Diploma Supplement issued to the student. Information on different study programmes should be transparent to enable the students make informed choices.

• Even bachelor degrees which serve as an intermediate qualification preparing students for further study should be based on a proper curriculum. They should not only be seen as a part of a longer curriculum as some students may wish to change direction or to choose a graduate programme or specialisation offered at another institution.

Labour market relevance

In the European tradition higher education has never been an island. There is a strong need for close interaction between higher education and society at large. Labour market relevance should not undermine higher education's cultural value.

There are many different ways in which bachelor–type degrees can be relevant to the common European labour market. While many curricula ought to be geared towards specific professions and immediate entrance onto the labour market, others need to prepare students for further studies and a later entrance. All curricula should include transversal skills and competencies required from all active citizens in Europe. This entails long–term development of educational contents.

In European countries labour markets expect higher education qualifications from more and more young people. This is likely to be more difficult in countries offering only long one–tier qualifications. The higher education system is expected to offer independent shorter degrees of the bachelor type geared specifically for labour market needs. At the same time there are needs for updating and upgrading qualifications and skills of the present labour force.

Disciplinary issues

Different disciplines have characters of their own and they have to be taken into consideration when developing degree structures. It should be clear that in some fields which involve professional accreditation bachelor–level degrees will not always serve as independent qualifications leading to full labour market relevant professional competence. However, in those fields to an intermediate qualification may be worth developing for the reasons mentioned above.

In all fields, reasonable transition mechanisms between bachelor and master programmes should be established, both within the same higher education sector and between different higher education sectors. These transition mechanisms should enhance also interdisciplinarity.

Reforming structures only is not enough. Transparency and comparability of transferable core competencies expected from graduates of bachelor and master programmes in broad subject areas are needed at the European level. Higher education institutions and their European networks involving professional bodies and other stakeholders should develop these common guidelines.

Apesar da boa disposição reinante, a rivalidade entre as juventudes políticas é bem patente

"Os jovens chegam à sede do partido e apresentam–nos o projecto. Se concordarmos com as ideias pagamos a campanha"
Miguel Coleta, dirigente da JSD

"As juventudes partidárias encaram as associações de estudantes como um fim que deve ser controlado e não como um meio"
Miguel Reis, dirigente da Associação de Estudantes da Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa

periência governativa foram dirigentes associativos" explica Pedro Coimbra da JS, organização que mantém algum peso nas associações de estudantes, apesar do desgaste da governação socialista. A associação de estudantes é uma escola política e de vida onde ao jovem são atribuídas responsabilidades e onde aprende a gerir contas e pessoas, numa óptica de voluntarismo.

A JSD chega a ter disponível na página de internet o "Manual do Ensino Secundário", onde estão descritos todos os passos necessários para formar uma lista para a associação de estudantes, bem como "dicas" para obter sucesso nas eleições, como conduzir uma campanha e elaborar listas, para além de modelos e formulários de actas, pedidos de apoio e relatórios de contas.

"Actualmente o mapa das associações de estudantes está pintado a cor de laranja". Quem o afirma é João Carlos Pauzinho, dirigente da JCP, organização que tem cerca de 60 por cento dos seus militantes no ensino secundário, em parte devido ao ensino secundário ser mais uma "organização de massas" do que o ensino superior. "Um comunista deve intervir onde está e uma associação de estudantes é um meio de intervenção, mas somos contra a partidarização do associativismo", explica este jovem de 27 anos, estudante de História de Arte na Universidade de Coimbra e funcionário do Partido Comunista Português, que garante que a JCP "ao contrário da JS e da JSD não dá dinheiro nem cartazes". Miguel Coleta, dirigente "laranjinha" de 30 anos, que se filiou na JSD após ter sido candidato à Associação Académica de Coimbra, explica o modo como funciona o apoio às listas: "os jovens chegam à sede do partido e apresentam–nos o projecto. Se concordarmos com as ideias pagamos a campanha". O mesmo se passa com a JS que suporta as campanhas numa "lógica de dar a oportunidade aos jovens de viverem experiências novas e formar pessoas".

No ensino Superior, no início dos anos 90, vingaram as Associações Académicas independentes dos partidos, depois dos anos 70 e 80 terem sido tempos de partidarização assumida das listas. Pedro Coimbra considera que muitas vezes se trata de um "falso independentismo" e que deseja o retorno das listas assumidamente ligadas a Juventudes partidárias "às claras". A questão fundamental para Miguel Reis, dirigente da Associação de Estudantes da Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa, é que "as juventudes partidárias encaram as associações de estudantes como um fim que deve ser controlado e não como um meio". "Somos contra a ideia que os dirigentes associativos escondam cinicamente o cartão político" adianta.

As questões fracturantes

A relação das juventudes partidárias com os partidos nem sempre é harmoniosa. A JSD, por exemplo, faz questão de salientar que é "a juventude mais independente e autónoma", já que há assuntos em que há divergências face à direcção do PSD. A questão da toxicodependência é o caso mais evidente. Os jovens sociais democratas defendem a legalização das chamadas drogas leves de modo a alcançar a separação dos mercados, bem como a administração terapêutica de heroína. Uma medida, curiosamente, semelhante à proposta pelo Bloco de Esquerda.

Miguel Coleta chega a dizer que tempos houve em que "não passava uma semana em que o partido não aparecesse com uma proposta e nós com outra a criticar a direcção do PSD". Hoje a relação entre as estruturas é muito mais pacífica. A relação algo conflituosa entre PSD e JSD advém do facto dos jovens "laranjinhas" terem surgido paralelamente ao partido e sempre numa "perspectiva mais progressista". Este aspecto também se verifica na JS que se assume como "consciência crítica" do PS e como "baluarte" das causas ligadas à juventude, principalmente, através do grupo parlamentar que apresentou nas duas últimas legislaturas os projectos–lei da Interrupção Voluntária da Gravidez e das uniões de facto, posições que causaram oposição de alas mais "conservadoras" do PS. A JS define–se, assim, também um pouco mais à esquerda que o partido, o que "é próprio da juventude", observa Pedro Coimbra. Esta ideia não é, contudo, perfilhada por João Almeida. O presidente da JP pensa que o que caracteriza a juventude não é ser de esquerda, mas a irreverência. Uma irreverência que também pode ser de direita- "os jovens populares utilizam a irreverência para combater uma ausência de metas e valores a sociedade".

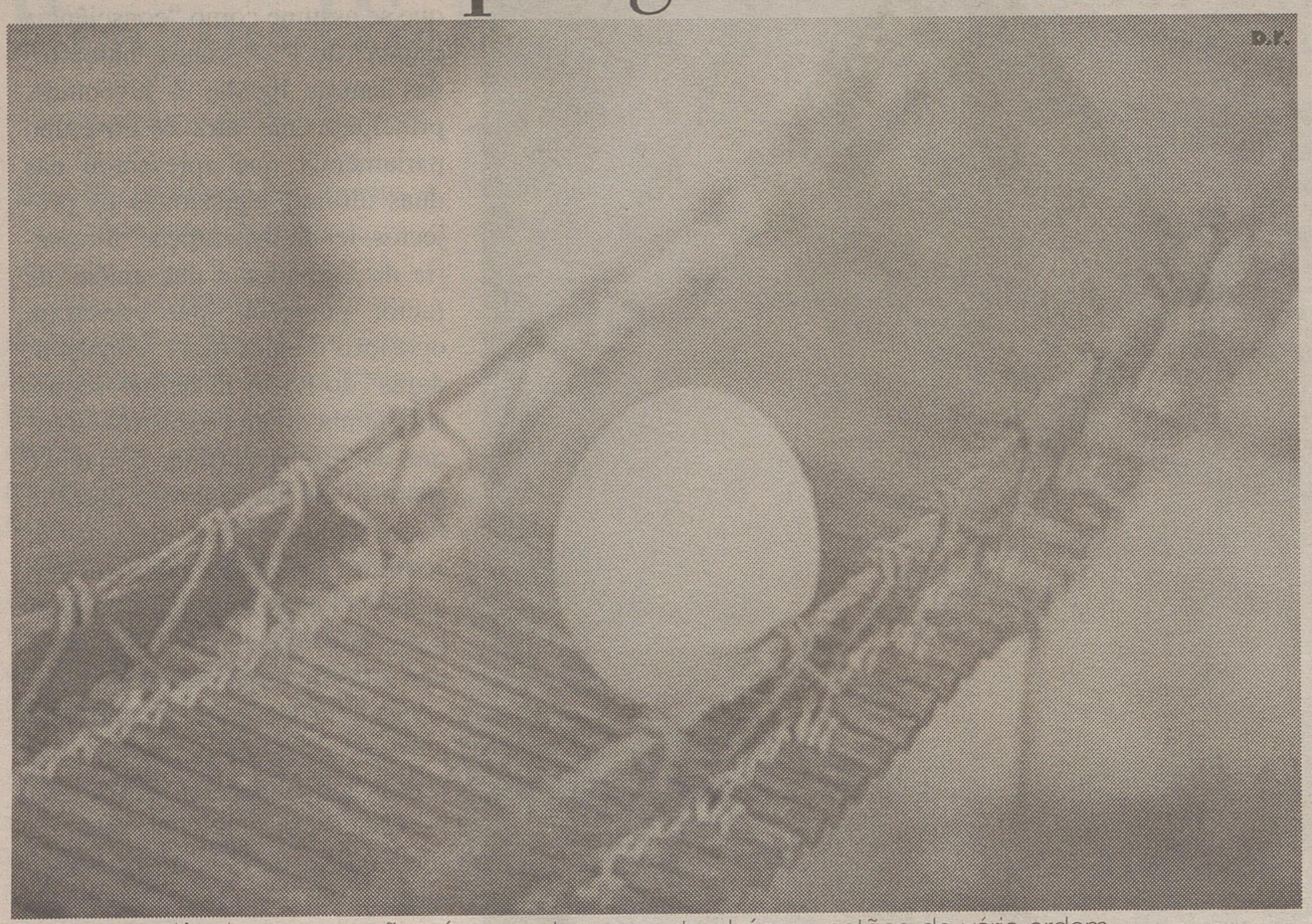
Troca de galhardetes

A relação entre as juventudes partidárias nem sempre é a melhor, existindo até uma certa rivalidade. João Pauzinho afirma que é na JCP, organização com cerca de 13 mil militantes, que se milita com maior fervor ideológico e que as outras juventudes partidárias não intervêm no dia a dia e vivem da imagem, sobrevivendo à conta de lutas internas. "Na JCP preferimos ter mil militantes a dez mil inscritos que nada fazem" remata o jovem comunista oriundo de Arraiolos e enviado para Coimbra pelo partido para organizar a JCP local.

Pedro Coimbra não resiste a afirmar que a "JS é a que tem maior peso na sociedade portuguesa, uma vez que representa quase 80 mil jovens" (número fornecido sem "limpeza de ficheiros") e que "algumas jotas que têm peso na sociedade não têm uma actividade política, porque estão muito mais amarradas ao aparelho do partido". O "piropo" a fazer fé nas palavras de Coleta, não se dirige à JSD, " a jota mais autónoma e independente". Quando se volta a falar de um eventual governo de coligação entre o PSD e o CDS/PP , as relações entre as "jotas" parecem um pouco tensas. O número dois da JSD afirma que "não se pode falar de igual para igual entre uma "jota" que representa mais de 30 mil militantes e outra que reúne apenas algumas centenas de jovens", enquanto João Almeida garante que a "jota azul–amarela" tem mais de 18 mil inscritos. À margem da luta pelos números, Miguel Reis dispara em todas as direcções ao acusar a JP, a JSD e a JS de não integrarem os jovens para fazer política quotidianamente e de apenas, servirem para captar jovens para agitarem "bandeirinhas". A JCP, para o jovem bloquista, apesar de ter um trabalho válido "está ainda muito atrasada em certas questões".

Clonagem terapêutica permite tratamento de várias doenças

O ovo do progresso


D.R.

Do ovo da ciência nascem não só respostas como também questões de vária ordem

Tão milagrosa quanto destrutiva, a clonagem exige que o homem se coloque diante do espelho do progresso e reflicta sobre o que está do lado de lá. A clonagem terapêutica pode ser um importante passo para que o homem sobreviva à sua própria imagem.

Maria João Lopes
Paula Velho

A clonagem terapêutica, que progrediu nos últimos tempos, é o processo científico através do qual se pode criar em laboratório embriões humanos que nunca virão a ser pessoas. Esta é uma técnica que permite um salto real no que concerne ao tratamento de doenças degenerativas. A efectiva concretização desta promessa permite aliviar o sofrimento de milhões de seres humanos. Cabe ao homem equacionar uma hipótese delicada e controversa. A uma solução científica segue–se o eco da humanidade.

A resposta torna–se bem menos polémica quando se fala em clonagem terapêutica que, ao contrário da reprodutiva, não implica criar outro ser humano. Implica, sobretudo, a criação de embriões especificamente clonados com o objectivo de curar e salvar a vida de outras pessoas.

Aos avanços científicos efectuados pela clonagem terapêutica seguem–se importantes passos e opções para o homem. A clonagem terapêutica, apesar de mais compreendida pela sociedade, não está de todo isenta das, sempre problemáticas, questões levantadas pela bioética. Existe a eterna dúvida quanto ao facto de ser ou não legítimo clonar embriões com o fim último de serem úteis a terceiros.

Contudo, apesar de aberto o debate e de as opiniões de peritos e não só se multiplicarem, a clonagem é já um bilhete só de ida na viagem da ciência.

China progride no campo da biotecnologia

Apesar do trabalho dos cientistas chineses não ter sido divulgado em revistas ocidentais, sabe–se que estes já clonaram bastantes embriões humanos, surgindo o primeiro em 1999 pela mão de Lu Guangxiu, investigadora da Faculdade de Medicina de Xiangya e proprietária de uma clínica de fertilidade. Contudo, esta cientista foi ainda mais longe e aperfeiçoou outros métodos de clonagem, para além do usado na ovelha Dolly.

Lu não está sozinha neste processo. Pelo menos três ou quatro laboratórios partilham do mesmo objectivo: clonar embriões humanos para colher células indiferenciadas embrionárias. Não se trata de criar bebés como cópia genética de outras pessoas, mas descobrir uma forma revolucionária de tratamento de doenças várias, cuja solução é ainda pouco eficaz.

O futuro da China, neste momento, prende–se apenas com o sucesso destas investigações. Na prática, saber até que ponto conseguirão estes investigadores estabelecer culturas de células indiferenciadas estáveis, ou seja, se estas permanecerão vivas em laboratório sem que comecem a diferenciar–se, transformando–se em células de fígado, do cérebro ou de qualquer outro tecido.

Reino Unido avança com clonagem terapêutica

Em Dezembro de 2000, foi publicada no Reino Unido uma lei que autorizava, apenas para realização de experiências com intuito de desenvolver novos tratamentos médicos, a clonagem de embriões e a sua destruição até ao prazo de14 semanas. Para que esta lei entrasse em vigor, era necessária a divulgação do relatório que visava a investigação com células indiferenciadas ou estaminais. Divulgado este relatório, deu–se finalmente o primeiro passo para que a clonagem terapêutica se tornasse uma realidade.

A deliberação tomada não conta, como é lógico, com o consenso universal. É, pelo contrário, uma problemática que suscita posições antagónicas.

A Associação pró- vida Life afirma: "A decisão é uma mascarada, a comissão um fingimento. Faz tudo parte de um esquema destinado a enganar o público, convencendo-o de que a clonagem terapêutica não é clonagem. Todo este processo não tem sido mais que um processo de cosmética". Contudo, a maior oposição surge dos EUA, mais precisamente da câmara baixa do Congresso e do Presidente George Bush, que negam todo o tipo de clonagem, incluindo a de fins terapêuticos. Por outras palavras, negam a investigação com células estaminais embrionárias, as quais dão origem a mais de 200 tipos de células do organismo, sendo possível, portanto, o seu aproveitamento para regenerar orgãos afectados por acidente ou doença.

A Associação Médica Britânica, entre outras, sublinha que "este tipo de decisão oferece uma esperança real a milhões de doentes com problemas que vão desde as doenças de Alzheimer e Parkinson até diabetes".

Em suma, a clonagem terapêutica poderá ser uma porta para a vida, resta saber se alguém a vai abrir.

NR:Artigo elaborado com base em informações publicadas nos jornais Público e Expresso.

A dor

O quinto sinal vital

A Agência Americana de Pesquisa e Qualidade em Saúde Pública e a Sociedade Americana de Dor descrevem a dor como o quinto sinal vital que deve sempre ser registrado ao mesmo tempo e no mesmo ambiente clínico em que também são avaliados os outros sinais vitais, quais sejam: temperatura, pulso, respiração e pressão arterial. Também, a Sociedade Americana para a Medicina de Emergência, em sua reunião anual realizada em 2001, reconheceu a importância de se registrar e mensurar a percepção de dor tanto aguda quanto crônica. Em decorrência desta ênfase na mensuração da dor, diferentes instituições de saúde têm atualmente recomendado que os clientes sejam questionados se estão sentindo dor no momento da admissão para tratamento e, também, durante a evolução clínica. A dor pode ser definida como uma experiência subjetiva que pode estar associada a dano real ou potencial nos tecidos, podendo ser descrita tanto em termos destes danos quanto por ambas as características. Independentemente da aceitação desta definição, a dor é considerada como uma experiência genuinamente subjetiva e pessoal. A percepção de dor é caracterizada como uma experiência multidimensional , diversificando na qualidade e na intensidade sensorial e afetada por variáveis afetivo–motivacionais.

Por que mensurar a dor?

Por ser uma experiência subjetiva, a dor não pode ser objetivamente determinada por instrumentos físicos que usualmente mensuram o peso corporal, a temperatura, a altura, a pressão sangüínea e o pulso. Em outras palavras, não existe um instrumento padrão que permita a um observador externo objetivamente mensurar esta experiência interna, complexa e pessoal. A despeito destas dificuldades intrínsecas, por que mensurar a dor? A mensuração da dor é extremamente importante no ambiente clínico, pois torna–se impossível manipular um problema desta natureza sem ter uma medida sobre a qual basear o tratamento ou a conduta terapêutica. Sem tal medida, torna–se difícil determinar se um tratamento é necessário, se o prescrito é eficaz ou mesmo quando deve ser interrompido. Com uma mensuração da dor apropriada torna–se possível determinar se os riscos de um dado tratamento superam os danos causados pelo problema clínico e, também, permite escolher qual é o melhor e o mais seguro entre diferentes tipos. Uma medida eficaz da dor possibilita examinar a natureza, as origens e os correlatos clínicos da mesma em função das características emocionais, motivacionais, cognitivas e de personalidade do cliente. Algumas vezes, apenas medidas grosseiras, tais como "dor presente" ou "dor ausente", são necessárias para as intervenções clínicas; mas para completamente entender o fenômeno e avaliar a eficácia destas intervenções necessitamos de medidas mais sofisticadas tanto da intensidade quanto das respostas afetivas associadas á dor.

Mensuração da dor

Vários métodos têm sido utilizados para mensurar a percepção/sensação de dor. Alguns métodos consideram a dor como uma qualidade simples , única e unidimensional que varia apenas em intensidade, mas outros consideram–na como uma experiência multidmensional composta também por fatores afetivo–emocionais. Os instrumentos unidimensionais são designados para quantificar apenas a severidade ou a intensidade da dor e têm sido usados freqüentemente em hospitais e/ou clínicas para se obter informações rápidas, não invasivas e válidas sobre a dor e a analgesia. Exemplos destes instrumentos são as escalas de categoria numérica/verbal e a escala analógica visual que são freqüentemente empregadas em ambientes clínicos por serem de aplicação fácil e rápida. Os instrumentos multidimensionais, de outro lado, são empregados para avaliar e mensurar as diferentes dimensões da dor a partir de diferentes indicadores de respostas e suas interações. As principais dimensões avaliadas são a sensorial, a afetiva e a avaliativa. Algumas escalas multidimensionais incluem indicadores fisiológicos, comportamentais, contextuais e também os auto–registros por parte do paciente. Exemplos destes instrumentos são a escala de descritores verbais diferenciais , o Questionário McGill de avaliação da dor e a teoria da detecção do sinal. Com estas escalas torna–se possível avaliar a dor em suas múltiplas dimensões, ou seja, os componentes sensoriais, afetivos e avaliativos que estão refletidos na linguagem usada para descrever a experiência dolorosa.

Em resumo, atualmente a dor é considerada um sinal vital, tão importante quantos os outros, que deve sempre ser avaliada num ambiente clínico para se empreender um tratamento ou conduta terapêutica. A eficácia do tratamento e o seu seguimento dependem de uma avaliação e mensuração da dor confiável e válida. Dada esta ênfase na mensuração e na avaliação da dor entendemos que todas as escolas médicas e de enfermagem bem como as de áreas paramédicas correlatas, deveriam urgentemente implementar em suas estruturas curriculares disciplinas ou cursos com o propósito de ensinar e disseminar o uso destes instrumentos e/ou escalas de avaliação e mensuração da dor.

Fátima Faleiros Sousa e
José Aparecido Da Silva
Professores da Universidade de São Paulo, Campus de Ribeirão Preto, S.P., Brasil (e–mail: jadsilva@fpce.uc.pt)

Presidente do OAF em entrevista

Briosa preto no branco

No âmbito da descida de forma da equipa e dos preparativos para o Euro 2004, A CABRA aproveitou para falar com Campos Coroa acerca da actual situação vivida na Briosa.

João Cortesão
Tiago Azevedo

Campos Coroa continua a acreditar na subida de divisão

Com rumores acerca das contas do Organismo Autónomo de Futebol (OAF) a percorrerem os corredores da Academia, o presidente da Académica comenta o momento que se atravessa.

A Académica tem vindo a atravessar um período conturbado. A que se deveu esta quebra de forma na equipa?

O que se passa é que em todos os jogos esta equipa entra para ganhar, mas as pessoas têm que ver que do outro lado também existe uma equipa com vontade de vencer e durante uma época existe uma flutuação de forma de vários jogadores e de outros intervenientes, nomeadamente dos árbitros, que acabam por influenciar os resultados.

Estará a transmissão televisiva dos jogos da próxima época posta em causa com a saída da equipa do Estádio Municipal para o Estádio Universitário devido às obras para o Euro 2004?

A transmissão passa a ser possível se for instalada luz no estádio. Temos um contrato com a Pay Per View TV e portanto temos que transmitir os jogos que a PPV–TV entendeu que devíamos transmitir. Se não existirem as condições necessárias para transmitir os jogos vamos ter que mudar de estádio, não é nada de transcendente. Temos que mudar para onde sejam fornecidas condições. A transmissão televisiva nunca vai estar posta em causa, porque o contrato vai ter de ser cumprido.

Já se chegou a pôr em causa a realização do Euro 2004 em Portugal. Acha que este evento corre o risco de não se realizar no país?

Penso que não, mas vamos ver. A esmagadora maioria das obras já estão em curso, a desenvolver–se normalmente. A UEFA consignou o Euro 2004 a Portugal, o Governo empenhou–se, os clubes e as autarquias empenharam–se por isso não vejo razão para que o Euro 2004 não se realize ou para que o retirem a Portugal. Isso iria colocar a ridículo o próprio país, o que seria inaceitável para todos aqueles que estão ligados ao futebol ou ao desporto em particular, como também para a sociedade em geral.

O que se diz

Correm rumores de que o OAF deve 49.880 euros à Direcção Geral da Associação Académica de Coimbra (DG/AAC). Confirma estes rumores?

Não é verdade. O OAF não deve nada 49.880 euros, nós não temos essa dívida para com o Conselho Desportivo nem para com a DG/AAC. O que acontece é que o OAF e nomeadamente eu, preocupo–me porque entendo que o OAF faz parte da AAC, tem um número de contribuinte e é uma organização que pelo simples facto de participar nas provas profissionais precisa de ter um determinado tipo de características. Para mim só há uma instituição que vale a pena em Portugal e esta é a AAC, em sentido lato OAF também incluído obviamente. O que fizemos foi um protocolo com a DG/AAC em 1998 e desse protocolo estabelecemos uma série de compromissos, nomeadamente a troca de espaços, a permuta de espaços publicitáveis e a entreajuda para fazer crescer a instituição, não apenas o futebol, mas todas as modalidades dentro das nossas possibilidades. Qualquer secção através do Conselho Desportivo pode e deve aproveitar os espaços de publicidade que o futebol tem, e por exemplo, num jogo qualquer mesmo que seja televisionado pôr um cartaz ou um placar que vale por ser no futebol e por ser visto por muita mais gente, o que vale comercialmente muito mais. Nós temos isto tudo estabelecido e a verdade é que tem sido pouco aproveitado pela malta das secções e pelo Conselho Desportivo em particular.

Mas acerca do jogo do bingo, e no que está estabelecido no protocolo, o OAF tem ou não uma dívida a liquidar para com a DG/AAC?

Nós efectivamente também estabelecemos uma percentagem que tem a haver com o lucro líquido do jogo do bingo e a verdade é que, ao contrário do que veio aí publicado e do que as pessoas pensam, a verdade é que o jogo do bingo está em queda, não apenas em Coimbra mas no país. Portanto essa percentagem, esses números que foram calculados devem ter sido calculados com base naquilo que o OAF fez no ano de 1997 em termos do jogo de bingo porque o que faz hoje é completamente diferente. Um exemplo, e estes números são oficiais porque são assinados pelo inspector geral de jogos que diariamente está no bingo a verificar as contas e o que se vende, o OAF no ano de 2001 teve 84.796 euros de lucro e no ano 2000 teve 154.627 euros. Não é preciso ser grandes matemáticos, mas 15% de 84.796 euros é uma coisa, de 154.627 euros é outra coisa e de 299.279 euros é outra completamente diferente. Acresce aqui que as pessoas têm de entender outra coisa, quer dizer nós também aqui precisamos de viver e se não fosse o OAF o protocolo com o casino não tinha sido assinado e e não tinham entrado, como entram, durante cinco anos 374.098 euros (74.820 euros por ano) na AAC, que se deveram ao esforço que eu próprio fiz no sentido de convencer o Grupo Amorim de que era extremamente importante através do patrocínio chegar a toda a Academia. Mais, inclusivamente um dos pontos desse acordo que está feito com o casino implica um apoio ao Conselho Cultural e está lá esse apoio porque eu consegui convencer as pessoas do casino a porem lá isso. Portanto nós aqui não devemos nada a ninguém, temos de acertar as contas do deve/haver, têm que ser feitas mas não em termos de débitos e créditos, não se podem fazer as coisas assim.

Como considera o apoio que a Briosa recebe da sua claque, a Mancha Negra?

A Mancha Negra, em termos de dar apoio à equipa, de fazer claque nos jogos aos domingos, não se calam do princípio ao fim. Desse ponto de vista são a melhor claque nacional embora também façam, por vezes, alguns estragos. Também é verdade que estamos fartos de pagar multas derivadas do mau comportamento da claque.

Papéis ao vento João Cortesão

O futebol desperta paixões e ódios, e é apenas humano que um qualquer adepto exija o impossível a quem pode concretizar o seu sonho, quer ele seja jogador, dirigente ou árbitro. É apenas humano que um adepto exija explicações a um dirigente quando este coloca o seu sonho em causa ou que se façam manifestações para que a mais recente menina dos olhos dos portugueses não se transforme num motivo de vergonha com consequências que seriam seguramente mais graves que uma subida desenfreada da inflação ou o aumento da distância que nos separa dos restantes países da UE... Se esquecermos o(s) Euro(peísmos) e passarmos ao futebol, encontramos a Briosa num bom momento de forma, vinda de uma vitória que acabou por valer mais de três pontos já que sacudiu um fantasma das costas de jogadores e adeptos e permitiu o regresso aos dias calmos vividos na primeira metade da época. Foi precisamente no jogo que marcou o regresso da equipa às vitórias que surgiu perante os meus olhos aquilo que de mais cruel pode existir no futebol: aquela frágil relação que faz com que de um momento para outro um jogador passe de herói a inimigo. Quando, a dez minutos do final da partida o Rio Ave chega ao empate, várias dezenas de sócios abandonam a central coberta do Municipal porque, afinal, é apenas humano abandonar o palco quando este arde... Felizmente para todos, o jogador Dino também abandonou o seu lugar, não para deixar o estádio, mas sim para carimbar a vitória da Académica e para dar uma prenda à Mancha Negra que até fazia anos e que desafiou a chuva nesta tarde fria.

No jogo seguinte, frente ao União de Lamas os estudantes entraram bem em campo, marcaram dois golos e podiam ter chegado ao terceiro, quando se encontravam a vencer pela margem mínima. A perda desta grande penalidade foi um momento decisivo para o desenrolar dos acontecimentos, já que conduziu a um galvanizar dos jogadores lamacenses que acabaram por chegar à igualdade ainda na primeira parte, resultado que se manteve até ao final da partida.

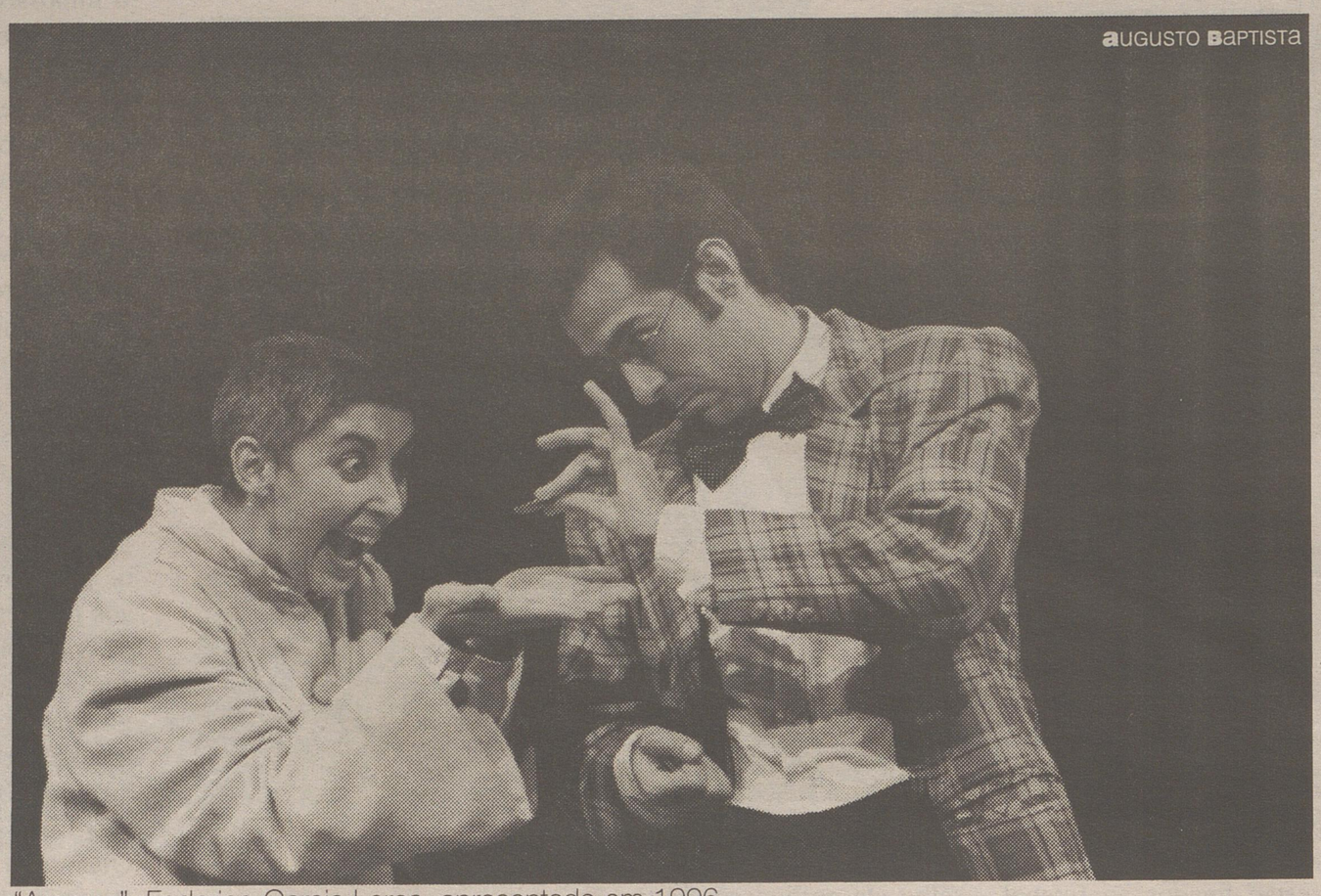
Também neste jogo os heróis perderam o seu brilho, a partir do momento em que outros subiram mais alto, ficando apenas uma sensação de vazio e os papéis ao vento, a povoar um estádio vazio...

Lorca nos dez anos da Escola da Noite

Um amor no "Jardín"

Numa altura em que comemora uma década de existência, a Escola da Noite apresenta mais uma peça de Federico García Lorca.

Helena Marques
Mário Guerreiro


AUGUSTO BAPTISTA
"Amores", Federico Garcia Lorca, apresentado em 1996

A Escola da Noite apresenta no Teatro Académico de Gil Vicente (TAGV), "Don Perlimplín con Belisa en su Jardín", de Federico García Lorca, com encenação de António Augusto Barros. É o regresso ao primeiro palco que a companhia pisou, numa celebração conjunta do décimo aniversário e do Dia Mundial do Teatro.

"Durante estes 10 anos, para além dos espectáculos, penso que criámos e fidelizámos um público, uma imagem de companhia reconhecida o que é muito importanta para continuarm os o nosso trabalho", comenta António Augusto Barros, director e encenador da companhia. Apresentar a peça de Federico Garcia Lorca no palco do Teatro Académico de Gil Vicente será acima de tudo um regresso. "Estreámo-nos no TAGV, em 1992. Depois disso só lá voltámos mais uma vez", relembra o encenador. Para João Maria André, director do TAGV, será "com muito gosto que o TAGV, num momento em que a Escola da Noite atravessa algumas dificuldades em termos de espaço, se disponibiliza para receber de novo a companhia neste seu aniversário". No seu entender a companhia tem desenvolvido um "trabalho meritório" aqui em Coimbra. "Foi um projecto que se foi afirmando pela qualidade , pelo rigor, pela seriedade, e apesar de algumas dificuldades por vezes de entendimento com a autarquia local, tem visto por mérito reconhecido o seu trabalho em prol do teatro aqui em Coimbra", comenta João Maria André.

Relativamente ao novo elenco camarário da cidade de Coimbra e ao futuro programa estatal para a cultura, António Augusto Barros e Sílvia Brito, que integra a companhia, entendem que o teatro em Portugal deve deixar de ser secundário, tanto na atribuição de subsídios como na formação pessoal de cada um. Existe um preconceito nítido no que diz respeito à arte do palco, principalmente por parte dos políticos, lamenta o encenador. "Esta história dos subsídios é muito demagógica. O Estado tem responsabilidades perante a cultura como tem perante a construção de estradas, hospitais, escolas", acrescenta António Augusto Barros. No entanto, não deixam de reconhercer o manifesto interesse já revelado por parte da autarquia.

Foram necessários, igualmente 10 anos, para que um dos projectos mais antigos e polémicos da Escola da Noite (a remodelação da Pátio da Inquisição) fosse considerado fundamental para o desempenho das criações da Companhia. " Este espaço é uma grande conquista, visto que passámos pela situação de não existir um subsídio camarário para as nossas actividades durante 4 anos", afirma o encenador.

O aniversário da companhia será ainda comemorado com a apresentação de uma exposição iconográfica no café-teatro do TAGV, intitulada "A Escola da Noite 10 anos", com trabalhos de fotógrafos que colaboraram com a companhia.

Uma "aleluia erótica"

Um ambiente grotesco e trágico, ainda que levemente nos faça rir, ao som de uma "opereta de câmara", é a proposta da Escola da Noite para comemorar o seu décimo aniversário. "Amor de Don Perlimplín con Belisa en su Jardín" de Federico García Lorca, obra escrita em 1933 e sub-intitulada "Aleluia erótica", "é um teatro de fantoches humanos que começa em brincadeira e acaba em tragédia", como afirmou o dramaturgo. Esta peça é uma obra-chave da criação literária do autor. O contraste de ambientes, a musicalidade, o lirismo que percorre toda a dramaturgia motivaram a companhia a uma nova encenação de Lorca. "Há alguns autores que, como Lorca, são fonte de inesgotável trabalho e prazer. É um autor tão ibérico, tão nosso, que partilhando pontos comuns connosco nos motiva para representar as suas obras", refere António Augusto Barros.

O amor é a acção que move toda a peça. O casamento de uma jovem com um velho, um acontecimento aceite na época, é utilizado por Lorca para dissertar sobre o homem e o amor. No fundo, é uma glorificação do amor na sua expressão de iniciação. Don Perlimplín, o velho ridículo com alma pura morrendo, leva a jovem Belisa a perceber por ela própria o verdadeiro sentido do amor. "Esta peça é sobre o amor e a morte, dois grandes temas constantes que atravessam a nossa vida. Aqui ligado ao amor está a moral de cada época e as rupturas em relação a essa mesma moral", esclarece o encenador.

Um dia para o Teatro

No dia 27 de Março comemora-se o Dia Mundial do Teatro. Algumas das entidades culturais da cidade de Coimbra têm já espectáculos agendados para comemorar esta data.

"Como director do Teatro Académico de Gil Vicente não posso deixar passar em branco este dia", afirma João Maria André. Neste sentido, será com a Escola da Noite que o TAGV irá celebrar esta arte do palco. "Nós iremos comemorar o Dia Mundial do Teatro com a estreia da peça "Amor de Don Perlimplín con Belisa en su Jardín", produção da Escola da Noite com o apoio e colaboração do TAGV. Ao mesmo tempo será organizada no Foyer do TAGV uma exposição correspondente aos 10 anos da Escola da Noite", apresenta o director.

Pela Companhia Bonifrates será apresentado, na Casa Municipal da Cultura, um espectáculo de representação de vários quadros das três últimas peças produzidas pela companhia: Os Malefícios do Tabaco e as suas Virtudes; Os Cromos e Magos e Feiticeiro no espaço do Mestre Gil, ainda em cena.

Esta data será também especialmente comemorado pelo Teatro Anónimo. Nas palavras de Ricardo Kalash, "apresentaremos o exercício final do curso de formação de teatro de rua, com o nome de Operação Tempestade no Deserto e irá realizar-se desde o Largo da Portagem, rua Visconde da Luz e Praça 8 de Maio".

TEUC leva ao palco as diferentes fases do amor

Três obras de Lorca

O TEUC traz este ano ao TAGV uma peça encenada a partir de três obras de Federico García Lorca. A linha de encadeamento das obras é a situação social da mulher.

João Vasco
Liliana Guimarães

De 10 a 14 de Abril, o Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra (TEUC) sobe ao palco do Teatro Académico de Gil Vicente (TAGV) com a peça "As Mulheres de Lorca". Este é o exercício final do Curso de Formação Teatral 2001/2002 que encerra numa única peça, três obras de García Lorca: "Bodas de Sangue", "Yerma" e "A Casa de Bernarda Alba".

A adaptação dramatúrgica e a encenação estão a cargo de Clóvis Levi, professor de Interpretação Teatral no curso de Teatro e Educação da Escola Superior de Educação de Coimbra (ESEC).

As três obras de Lorca foram escritas na década de 30, aquando do seu regresso dos Estados Unidos da América, onde encontrou uma realidade muito diferente da moralista Espanha. Aliás, à altura, um deputado da direita espanhola proferiu uma frase que definia bem o autor andaluz: "Um homem que provoca mais estragos com uma caneta do que muitos com uma pistola". As obras foram escritas cronologicamente pela ordem acima referida, de forma a atingir uma trilogia dramática. Nas próprias palavras de Lorca "havia um medo terrível da sexualidade e um terror do que os outros podiam dizer, que convertia as raparigas em autómatos". Nestas três peças, todas as mulheres vivem esta realidade, sofrendo no íntimo a necessidade de modificar as regras do costume, sendo retratado o que o povo não via e por isso não podia comentar. O que o TEUC pretende recriar é um ambiente de aldeia típico, onde os laços com a religião e a boa–moral são muito fortes e onde o relacionamento próximo com os vizinhos obriga ao uso de máscaras.

As "Bodas de Sangue" abordam o conflito entre o amor como força avassaladora da natureza e as normas de vida impostas pela tradição. A acção está centrada no dilema de uma mulher jovem, noiva de um homem que não ama, tentando negar a si própria os sentimentos que nutre por outro homem.

"Yerma" é o retrato de uma mulher casada, jovem e sensual, que converte em obsessão o seu desejo de ser mãe. Contrariada pela vontade do marido, acaba por converter a maternidade num ideal de amor levado ao extremo.

Em "A Casa de Bernarda Alba" encontramos apenas personagens femininas, enclausuradas numa casa sob a autoridade de uma mãe austera e honrada, recentemente viúva, que decreta às suas cinco filhas em idade de casar oito anos de luto. A revolta contra as leis maternas cresce rapidamente entre as mulheres após o anúncio do noivado da filha mais velha com o homem mais desejado da aldeia.

O TEUC pretende gritar que, mesmo hoje, em diversos lugares do planeta, a mulher ainda é propriedade do homem, da igreja, da moral retrógrada e do analfabetismo. "A mulher precisa de respirar", diz Clóvis Levi.

Com "As Mulheres de Lorca", o TEUC aspira contribuir para uma evolução qualitativa do próprio grupo assim como do Teatro feito em Portugal.

X Jornadas de Cultura Popular

Ao ritmo da dança

O Grupo de Etnografia e Folclore da Academia de Coimbra (GEFAC) promove pela décima vez as Jornadas de Cultura Popular, com o intuito de divulgar diversos ritmos e sonoridades. A dança assume o papel principal nas distintas actividades e espectáculos.

Aida Lima
Sara Martins

O GEFAC traz, mais uma vez, a palco as Jornadas de Cultura Popular, este ano dedicadas à dança. São vários os espectáculos agendados, que decorrerão entre 25 de Março e 4 de Julho, e onde se procurará mostrar as várias vertentes da dança.

Não sendo a única componente à qual o GEFAC se dedica, a dança assume protagonismo neste evento, pois não tinha sido ainda explorada como tema central em actividades anteriores. Pretende perscrutar–se a dimensão da dança tradicional e da dança contemporânea e a sua relação. Não se configura como uma amostragem de dança de todo o mundo, mas perspectiva a descoberta e estudo de vários tipos de dança. A presença de um grupo espanhol no programa, "Increpación", prende–se com o facto de, segundo Nuno Mendes, membro da comissão das jornadas, "em Portugal não haver ninguém a trabalhar a nível profissional nesse campo de uma forma tão definida, juntando intencionalmente a dança contemporânea e a tradicional. "Increpación" reinventa o flamenco, vestindo uma roupagem contemporânea.

De entre as diversas actividades, Nuno Mendes e Hermínia Farias destacam o Fórum "Os Territórios da Dança", que afirmam ser algo que nunca foi feito e que lhes dá muito prazer, uma vez que conseguiram juntar oradores de áreas distintas e que muito têm a dizer sobre a dança. O fórum contempla conferências que visam os múltiplos contornos da dança tradicional e contemporânea e a sua relação com o meio e com o corpo. Reúne pessoas de diferentes áreas cientificas e artísticas. Aliada à componente teórica, projectada nas conferências, realizar–se–ão diversos espectáculos que pretendem mostrar em palco o que foi tema de análise no Fórum.

A organização das Jornadas contempla um ano de trabalho que se intensifica com o aproximar das actividades. Nuno Mendes defende que " este tipo de iniciativas é muito difícil, pois as pessoas não se dedicam a tempo inteiro, tendo outras actividades e não dispondo de muito tempo livre. É necessário um exaustivo trabalho de grupo para que se possam realizar".

Remar contra a maré

O GEFAC depende exclusivamente de apoios financeiros da Fundação Calouste Gulbenkian, do Ministério da Cultura, da Reitoria da Universidade e da Câmara Municipal de Coimbra. Todas as actividades que fogem ao funcionamento geral e normal do GEFAC requerem subsídios extra, sendo necessário um esforço muito elevado para os conseguir. Hermínia Farias afirma que, com este tipo de actividades, "não pretendem ganhar dinheiro nem obter qualquer tipo de lucro, mas é dificil cumprir um orçamento que não é propriamente baixo". Acrescenta ainda que "não interessa que os espectáculos sejam caros, visando um público específico", mas sim atingir o público em geral. A inscrição no fórum é paga pois, apesar de os oradores não receberem honorários, as despesas de deslocação, alojamento e alimentação são elevadas. Por vezes, "é dificil conciliar um projecto com o orçamento disponivel".

Encarando com optimismo a realização das jornadas, a comissão destas apresenta expectativas positivas, particularizando que a nível interno contribuem ainda para a formação dos seus sócios e dos inscritos. Aspira ainda envolver nesta iniciativa aqueles que se interessam pela cultura popular e por este tema em particular, quem goste de ver, estudar, praticar a dança.

X Jornadas de Cultura Popular ao ritmo da dança

Casa Municipal da Cultura exibe "Cromos"

Retrato a cor

"Cromos" sobem ao palco da Casa Municipal da Cultura

Sónia Nunes
Vânia Correia

No passado dia 1 de Março, o Teatro–Estúdio Bonifrates estreou no palco da Casa Municipal da Cultura a sua mais recente produção,"Cromos", com encenação de João Maria André. Nascida em 1980, esta Cooperativa demonstra, uma vez mais, que a correspondência entre teatro amador e teatro de menor qualidade é uma classificação preconceituosa, pelo trabalho e exigência que esta peça encerra.

Em conversa com A CABRA, o encenador classifica "Cromos" como "um espectáculo sobre os cromos que somos, sem querermos ser", deixando ainda no ar um aliciante aperitvo: "no nosso quotidiano a vida é muito cinzenta mas quando passa para o palco do teatro transforma–se num quadro colorido hilariante".

Numa colagem de diversos textos da dramaturgia espanhola desfilam pais e filhos com traços muito específicos, cujo exagero provoca o riso e nos levam à inevitável reflexão. São "Cromos" que tão habilmente nos confrontam com situações do quotidiano do "micro–cosmos familiar", espelhando aqueles pequenos vícios que comungamos diariamente. Segundo João Maria André, o teatro deve manter a dupla dimensão de despertar consciências enquanto diverte: "no fundo, as pessoas riem–se, mas cada gargalhada é um soco".

Este espectáculo destina–se a um público jovem e adulto. Trata–se de uma sátira aos tempos modernos onde a linguagem esconde "situações que podem ser um pouco agressivas para pessoas demasiado sensíveis".

Fundada há já 22 anos, a Cooperativa Bonifrates tem mantido uma actividade "regular e ininterrupta" estreando um ou dois espectáculos todos os anos, apesar da falta de espaços teatrais em Coimbra. Passando pelo Sousa Bastos, pelo Teatro Avenida, estando agora na garagem da Casa Municipal da Cultura esta companhia "dispõe de poucos apoios e vive muito da boa vontade dos seus irmãos". Esta situação expressa a falta de infra–estruturas e as condições precárias que afectam muitas companhias de teatro.

***Pede o teu cartão de cliente e ganha uma máquina fotográfica ou uma revelação grátis**

***Faz o teu book académico em estúdio e ganha um poster**

FOTO MONTEIRO

Revelação em 30 minutos

1.600$00 Nas revelações de 24 fotografias + oferta de rolo e álbum

Praça do Comércio – 8-1º telef: 239 822 105
Galerias Avenida, Piso O, Loja 2 3000 - 351 Coimbra telef: 239 821 915
Edifício da Associação Académica, 1º piso

Teatro de rua na baixa de Coimbra

Colorir a sombria calçada

O teatro estará na rua no dia 27 de Março

O Teatro Anónimo está a promover um curso de formação de teatro de rua. A iniciativa culminará no dia 27 de Março, Dia Mundial do Teatro, com uma representação pública na baixa de Coimbra.

Gustavo Sampaio

O Dia Mundial do Teatro promete proporcionar animação condizente nas ruas da cidade de Coimbra. Sob a designação "Operação Tempestade no Deserto", o Teatro Anónimo levará a cabo ao longo do dia uma actividade que prevê diversas actuações teatrais de rua simultâneas, a terem lugar entre o Largo da Portagem e a Praça 8 de Maio. Um projecto que surge no âmbito de um curso de formação que a companhia teatral está a organizar nas instalações do INATEL, cabendo aos instruendos do curso a ousada missão de representar as diversas peças.

Na opinião de Ricardo Kalash, director do Teatro Anónimo, "a baixa de Coimbra está a desertificar–se". "Está a tornar–se numa montra gigante de lojas de roupa, mas ao mesmo tempo tem cada vez menos pessoas", argumenta. É nesse sentido que surge a ideia de fazer uma intervenção de teatro de rua na baixa. Ricardo Kalash clarifica que "não interessa dizer apenas que está a desertificar–se, mas fazer qualquer coisa que contrarie esse facto". Em suma, não mergulhar na "passividade" do inerte imobilismo.

Neste sentido, a decorrer na sala do INATEL, junto à Estação Velha, o curso de formação de teatro de rua promovido pelo Teatro Anónimo tem decorrido com "bastante sucesso", no entender do director deste grupo. Uma opinião partilhada por Ana Pinho e Ana Teixeira, participantes do projecto. Ana Pinho realça a "excelente relação existente entre o grupo de trabalho" e confirma que o curso "está a correr muito bem". Já Ana Teixeira revela que a actividade "envolve muitas capacidades, assentes na vertente da comunicação". "Permite–nos explorar formas de comunicação não convencionais a nível sonoro e visual", acrescenta. Em relação aos objectivos do curso, ambas concordam que o primordial será "aprender, aprender o mais possível", conforme sublinha Ana Pinho.

A aprendizagem é de resto um dos principais propósitos do Teatro Anónimo. Ricardo Kalash revela que esta companhia teatral "não encara a formação como sendo uma actividade secundária, mas uma actividade tão importante como a própria produção de espectáculos". "Como tal, organizamos os nossos próprios cursos de formação e temos protocolos com uma série de instituições onde vamos dar formação", acrescenta o director do Teatro Anónimo, que considera a "Operação Tempestade no Deserto" um claro incentivo ao desenvolvimento das artes dramáticas na cidade de Coimbra.

Nova produção sobre a natureza humana

"O Doido e a Morte" - uma lição de teatro

A nova aposta do Teatro Anónimo e do Theatro dos Castellos pretende retratar a insanidade da sociedade, questionando a vida num momento de loucura teatral.

Cláudia Rodrigues
Cristina Bastos

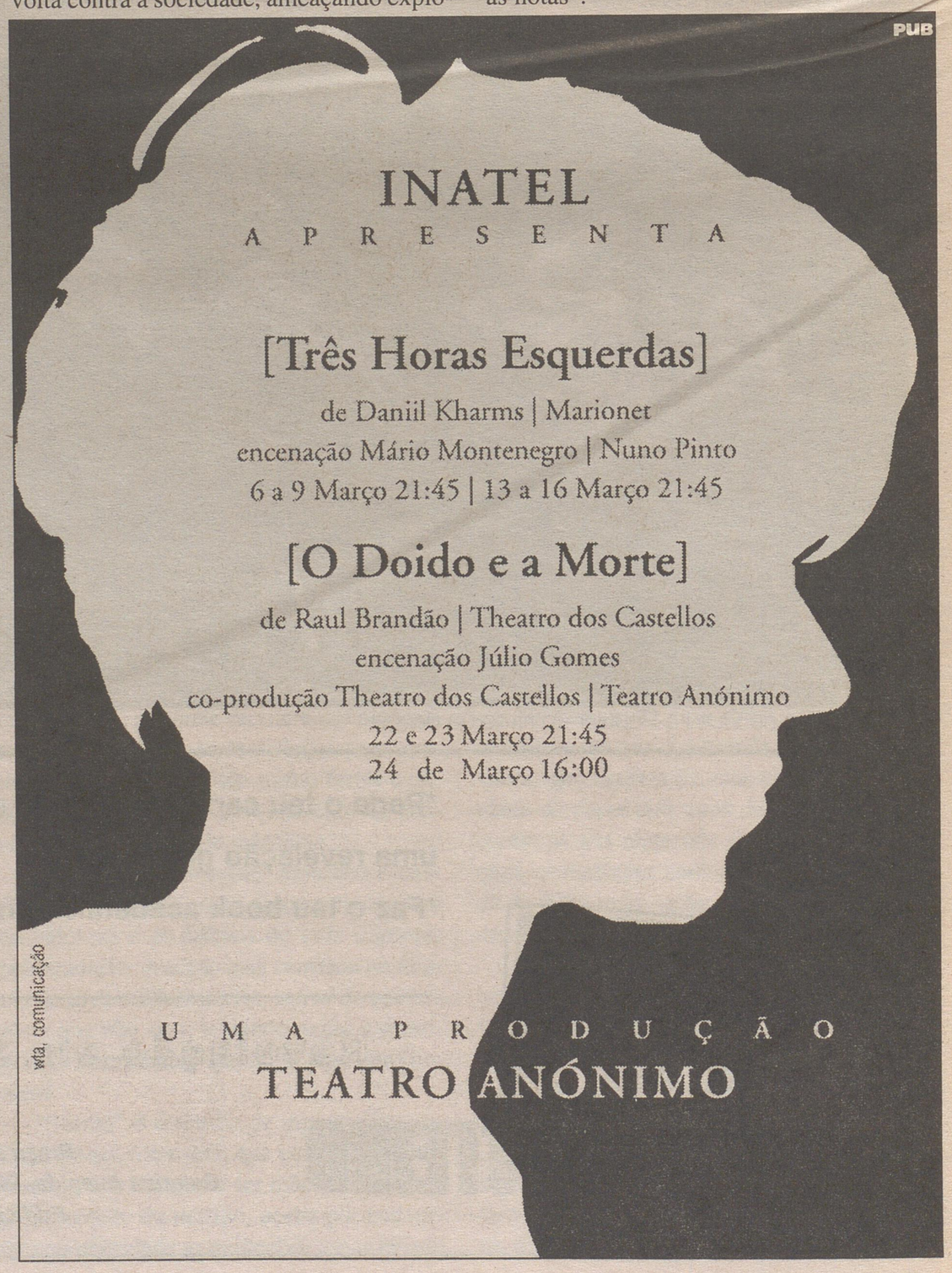
Nos dias 22 e 23 de Março pelas 21h45 e no dia 24 de Março pelas 16h00, sobe ao palco do INATEL a peça intitulada "O Doido e a Morte", de Raúl Brandão, uma co–produção do Theatro dos Castellos e do Teatro Anónimo. A encenação encontra–se a cargo de Júlio Sousa Gomes e conta com António Lourenço, José Castela, Marco Penajóia e Maria João Grou no elenco.

Este espectáculo estreou em Setembro de 2001, em Montemor–o–Velho ,com o intuito de "criar um público", segundo referiu Júlio Sousa Gomes, encenador desta produção em entrevista ao Jornal A CABRA. Com "actores fabulosos de intuição, surpreendentes" e somente duas cadeiras de adereço, ancora–se na força da palavra e numa coreografia dotada de grande expressividade. "Não é um teatro falado, não é um teatro parado; é um teatro de dança, de gritos, de berros, de silêncios em que o público aparece como cúmplice", segundo defende o seu encenador.

A peça apresenta–nos o Sr. Milhões, um banqueiro que "de repente se cansa dos estereótipos e da miséria do mundo" e se revolta contra a sociedade, ameaçando explodir uma bomba no gabinete do governador civil. No final, este banqueiro revela–se um louco foragido de um manicómio, permitindo o desenvolvimento da temática da inquietação levantada por Raúl Brandão e aprofundada por Júlio Sousa Gomes. É desta forma que "O Doido e a Morte" simboliza a rebeldia ao status quo e que a loucura se afirma como aresta indelével no limiar da vida - pela iminência da morte.

O Teatro Anónimo, "um grupo profissional sem condições de trabalho profissionais", segundo Ricardo Kalash, seu director, é responsável pela promoção de diversos cursos de formação na área de teatro e pela divulgação e produção de espectáculos. É neste âmbito que se insere a co–produção com o Theatro dos Castellos, possibilitando–lhe a utilização de espaços cedidos pelo INATEL, onde se materializam as iniciativas do Teatro Anónimo.

Júlio Sousa Gomes, um dos fundadores do Theatro dos Castellos, caracteriza este grupo teatral amador como a "um teatro pobre, feito rigorosamente só com o corpo, um teatro missionário" que depende a nível de financiamentos "apenas da imaginação". Visando alunos e professores da Escola Secundária de Montemor–o–Velho, este grupo objectiva a prossecução de um projecto em parceria com esta instituição. Desta forma, aposta na integração e dinamização de actividades no campo da expressão dramática e artes plásticas e no combate à ideia estabelecida da "escola cinzenta em que a única preocupação são as notas".



Antes dos Óscares

O Triunfo dos Anéis

Hobbits, génios, cortesãs numa cerimónia menos americana do que o habitual.

João Vaz

Responsável por uma filmografia pautada pelo predomínio do gore e pelo mau–gosto, Peter Jackson é desde já o Senhor dos Óscares. O realizador de «Braindead» e «Bad Taste» está nomeado para treze categorias, sendo que quatro correspondem às categorias principais: melhor filme, melhor realizador, melhor actor secundário e melhor argumento adaptado. Mas será que o neo–zelandês conseguirá derrubar o carrossel musical que é «Moulin Rouge» e a «Mente Brilhante» de John Nash?

No próximo dia 24 de Março, o Kodak Theater, em Los Angeles recebe a 74ª cerimónia dos Óscares. A cidade é a mesma, a sala é nova. A anfitriã é Whoopi Goldberg. As nomeações pautam–se pela diversidade e não há um vencedor assumido à partida. No entanto, há aqueles cuja nomeação já constitui uma vitória: David Lynch conseguiu uma nomeação na categoria de melhor realizador por «Mulholland Drive»: Lynch é um realizador atípico nos Óscares. Não deve ganhar mas a sua presença indicia alguma mudança no espírito convencional da cerimónia. Nesta categoria, figuram Ron Howard («Uma Mente Brilhante»), Robert Altman («Gosford Park»), Peter Jackson («O Senhor dos Anéis: A Irmandade do Anel») e ainda Ridley Scott com «Cercados» que falhou a nomeação para melhor filme. Ficaram excluídos Baz Luhrmann («Moulin Rouge») e Todd Field («Vidas Privadas»), cujas obras entram na corrida para melhor filme.

Apesar da vantagem em número, «O Senhor dos Anéis» poderá ser ultrapassado pela história verídica de John Nash em «Uma Mente Brilhante». É o único filme verdadeiramente americano nos Óscares apesar de ser protagonizado pelo actor australiano do momento. Da Austrália, chega também Baz Luhrmann com «Moulin Rouge» nomeado em seis categorias, sendo provável que Nicole Kidman derrote as outras actrizes principais, isto é, Halle Berry que concorre com «Monster's Ball», Judi Dench em «Iris», Renée Zelweger e o seu «Diário de Bridget Jones» e a veterana Sissy Spacek com «Vidas Privadas». As secundárias são Jennifer Connelly por «Uma Mente Brilhante», Helen Mirren e Maggie Smith, ambas por «Gosford Park», Marisa Tomei por «Vidas Privadas» e Kate Winslet em «Iris». A maioria das apostas recai sobre Jennifer Connelly.

Depois de ter sido a vedeta da edição anterior com o prémio para melhor actor principal, Russell Crowe arrisca–se a repetir a proeza na pele do matemático John Nash. Trata–se da terceira nomeação consecutiva do actor. A primeira ocorreu com «O Informador», de Michael Mann. Este ano Mann também participa na cerimónia com os dois actores de «Ali». «Ali» e «Dia de Treino» receberam apenas duas nomeações e em ambos os casos, as categorias são as mesmas. Deste modo, Will Smith tenta pela primeira vez alcançar a melhor interpretação principal na pele do lutador de boxe Muhammad Ali e Denzel Washington defende a pele de polícia corrupto na mesma categoria. É já a quinta nomeação de Washinghton que, em 1989, venceu o Óscar por «Glory». No entanto, não é comum um actor negro vencer o prémio principal de interpretação. Sean Penn também é repetente. Depois de «A Última Caminhada» e «Através da Noite», o actor surge como doente mental em «I am Sam» na única nomeação para o filme Jessie Nelson. Tom Wilkinson participa na mesma categoria com «Vidas Privadas». Nos secundários, encontram–se Jon Voight por «Ali» e Ethan Hawke por «Dia de Treino», aqui na sua primeira nomeação da carreira. Em «Iris», Jim Broadbent interpreta um homem que acompanha a jornada da mulher, vítima da doença de Alzheimer. Trata–se da sua primeira nomeação ao contrário de Ben Kingsley que venceu em 1982 o Óscar para melhor actor principal com «Gandhi». Este ano, o actor entrega–se à violência em «Sexy Beast», naquela que é a única nomeação para o primeiro filme de Jonathan Glazer. Ian McKellen, o feiticeiro Gandalf de «O Senhor dos Anéis» completa o rol de nomeados na categoria de melhor actor secundário.

«Harry Potter e a Pedra Filosofal» surge como um grande esquecido visto que foi nomeado apenas para melhor guarda–roupa, melhor direcção artística e melhor banda–sonora. Steven Spielberg e «Inteligência Artificial» ficou pelas duas nomeações: melhor banda–sonora e melhores efeitos especiais. Destaque final para «O Fabuloso Destino de Amélie». Para além da nomeação para melhor filme estrangeiro, o filme de Jean–Pierre Jeunet encontra–se nas categorias de melhor argumento, fotografia, direcção artística e som. O grande rival é «No Man's Land», de Danis Tanovic que poderá evitar que a empregada de café parisiense leve a estatueta de melhor filme estrangeiro. Mas afinal quanto vale um Óscar?

O Senhor das 13 nomeações

Super-Bock Super-Rock já está na estrada

Coimbra no mapa

Os Lamb actuam hoje pela primeira vez em Coimbra

A edição 2002 do Festival Super Bock Super Rock (SBSR) espalhou a realização de concertos por quatro cidades diferentes. Embora a maioria dos espectáculos se continue a realizar em Lisboa e Porto, Coimbra e Vigo recebem também este ano algumas bandas.

Tiago Carvalho

A oitava edição do festival SBSR, que se iniciou no passado dia 4 e que se prolonga até ao dia 20 deste mês, evidencia uma certa descentralização. Neste novo modelo, Coimbra é, pela primeira vez, palco da actuação de algumas bandas: System Of A Down, Lamb, Da Weasel e Tom Barman são alguns dos grupos que prometem animar as noites da cidade, no pavilhão OAF/Solum. Este festival estende–se ainda a Espanha, com uma actuação dos Scorpions em Vigo no dia 19 de Março.

No passado dia 5 de Março teve lugar o primeiro concerto desta série em Coimbra, com a actuação dos System Of A Down (SOAD). Depois da actuação dos The Dillinger Escape Plan, que aqueceram a multidão para as estrelas da noite, deu–se a entrada apoteótica da banda em palco. Pouco depois das 22h, os fans, que esperavam ansiosamente desde a hora de almoço à frente de um pavilhão há muito esgotado, viram os SOAD começar o seu concerto com "Prison Song". Aos primeiros acordes da música começou a euforia que se manteve até ao final da noite, ao som dos cânticos inspirados nas frustrações e tensões sociais de hoje, e que pretende ser um grito contra a opressão do sistema norte–americano. As músicas que mais fizeram vibrar a multidão foram "Chop Suey!", "Needles", "Science", "Toxicity" e "Sugar", criando explosões de entusiasmo entre o público. O concerto acabou sem que houvesse encore, mas mesmo assim a grande maioria era de opinião que a espera tinha valido a pena.

Os senhores que se seguem

O próximo grupo a tocar em Coimbra serão os Lamb, hoje, dia 13 às 21h00. O duo constituído por Andy Barlow e Louise Rhodes, originário de Manchester, conta já com três álbuns lançados - "Lamb", "Fear of fours" e o mais recente "What Sound?". Este último registo veio trazer uma sonoridade bastante diferente à banda e está a ter bastante receptividade, (já é o trabalho mais vendido do grupo): o disco entrou directamente para os tops mundiais, onde aliás ainda permanece. Os Lamb vêm actuar a Portugal pela sexta vez, embora seja a primeira que tocam em Coimbra. A sua última passagem por terras lusas deu–se no passado mês de Novembro, quando apresentaram dois concertos, um em Lisboa e outro no Porto.

No dia 14 o espectáculo terá como cabeças de cartaz os Da Weasel, contando ainda com a participação especial dos cubanos Orishas. Os Da Weasel lançaram recentemente o álbum "Podes fugir mas não te podes esconder", o disco mais bem sucedido da banda - já é disco de ouro -, e é esse trabalho que vêm promover a Coimbra no âmbito do SBSR. Desta actuação espera–se o habitual ambiente de euforia que é característico nos espectáculos em que participa a banda liderada por Pacman, o vocalista do grupo.

O último espectáculo a decorrer na lusa Atenas será o de Tom Barman, a 15 de Março. O espectáculo que o músico vai apresentar em Coimbra está inserido numa digressão acústica que tem vindo a desenvolver em salas pequenas e intimistas, com o intuito de promover o seu projecto a solo. Depois de ter realizado o seu primeiro filme "Anyway the Wind Blows" e criado a banda sonora para o filme "Résistance", Tom Barman, líder dos dEUS, promete fechar com chave de ouro a participação de Coimbra no SBSR.

artes

OUVE-SE

"Quando a segunda mão compensa" Hugo Ferreira

No competitivo mundo da música de dança, muito se vai reinventando e refazendo, mas pouco de novo vai aparecendo e vingando.

Os Bauchlang apostam numa abordagem no mínimo original e refrescante ao criarem vários géneros designados dançáveis apenas com a potencialidade de seis vozes. Os Koop surpreendem, os Royksoop ainda dão que falar com o seu "Melody AM" e os Kings of Convenience saltam do universo pop para a dança com a sua compilação de remisturas "Versus". Remisturas é também o mote para o regresso do projecto Tosca, com "Diferent Tastes Of Honey".

No passado ano de 2001, um nome deu que falar. Pela originalidade e criatividade com que revitalizou a música que nos puxa o passo para a pista (mais concretamente o house), Mathiew Herbert lançou "Bodly Functions" conquistando o sucesso e espantando a crítica. Consequentemente torna–se o menino bonito candidato a "remisturador" de serviço para os melhores temas que vão surgindo.

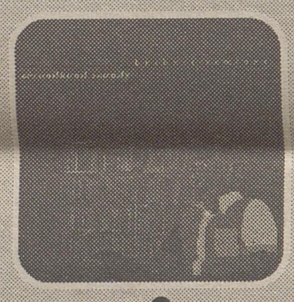
Remisturar temas de outros era já uma tarefa familiar que lhe tinha rendido algum sucesso, sobretudo através de temas como "Sing it Back", dos Moloko. Também recriou o clássico de Serge Gainsbourg "Bonie & Clyde" para a compilação "We Love Serge" e curiosamente foi a remistura mais aplaudida desse disco.

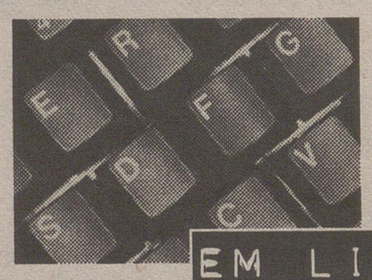
Foi obviamente chamado para as remisturas de "Refreaked" dos também surpreendentes Dziham & Kamien e pelo meio teve ainda tempo para trabalhar temas de Mono, Nils Peter Molvaer, Motorbass, Two Banks of Four, desenvolver o seu alter–ego Doctor Rockit e baralhar temas já incluidos em "Bodly Functions".

É com muitos destes momentos que surge esta compilação de sons em segunda mão com um formato duplo que não atinge obviamente a mestria do trabalho anterior mas confirma a singularidade de Herbert no desenvolvimento de uma sonoridade bem característica e viciante.

Vários

"Secondhand Sounds; Herbert Remixes"
Peacefrog records (2002)





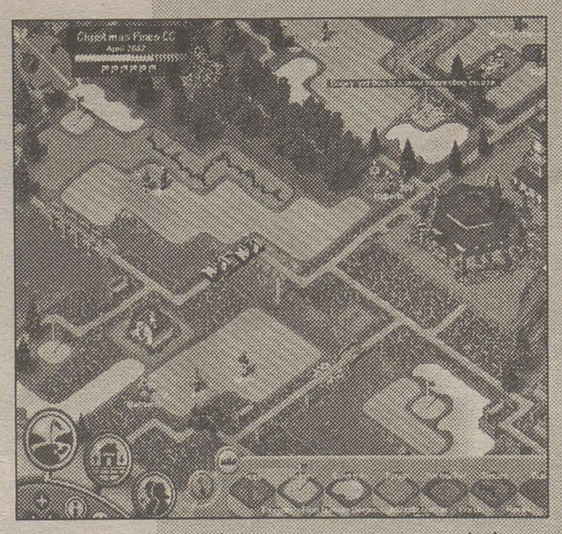
EM_LINHA

Nuno Curado (curado@yahoo.com)

Sem dúvida que quem gosta de jogar já ouviu falar em Civilization, SimCity ou The Sims. E o que é que isto tem que ver com o SimGolf? É que este jogo é o resultado de uma colaboração entre a Maxis, empresa que produziu o SimCity e o The Sims, e a Fireaxis, a empresa de Sid Meyer (criador de muito jogos de sucesso, entre os quais os Civilization I, Civilization II e Civilization III). Com estas credenciais o primeiro pensamento é que o jogo vai ser extremamente complexo, mas não é isso que acontece. Nem é preciso saber de golfe para poder apreciar este jogo. SimGolf é um jogo de estratégia acessível, em que o objectivo é criar e gerir campos de golfe, e onde também é possível construir o nosso jogador de golfe para frequentar os campos construídos. Quanto melhor for o campo, mais jogadores aparecem para frequentar, mais dinheiro entra para se poder melhorar e construir mais buracos. De vez em quando também aparecem jogadores especiais que, caso gostem do campo, podem oferecer acesso a novos edifícios ou a possibilidade de comprar mais terrenos. Claro que o arrumação dos menus podia ser melhor, e existem alguns bugs. Mas o resultado final é bastante bom e a diversão proporcionada faz esquecer os pequenos defeitos.

Para além de construir novos buracos ou campos vai poder–se desenvolver as capacidades do nosso jogador através de treino, jogo com outros jogadores ou competições. A parte de jogar golfe no SimGolf é simples, basta escolher o tipo de jogada que se pretende utilizar e apontar o destino da bola, o resto é feito automaticamente com base nas características do jogador. Envolve alguma estratégia, mas nada que faça perder a paciência ou a vontade de jogar.

As capacidades do jogador são desenvolvidas com base num sistema de habilidades similar a um jogo de role playing game (RPG) . O jogador possui dez características diferentes e é evidente que um valor alto é sempre melhor que um baixo. Cada vez que é feita uma tacada excepcional as características podem melhorar, tal como se a jogada for muito má também podem piorar. Assim, a oportunidades de melhorar as habilidades do jogador nunca serão desaproveitadas. Uma maneira de jogar é concentrar o desenvolvimento das habilidades em alguns pontos e desenvolver

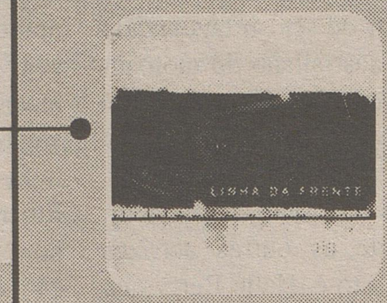


campos adequados a essas características. Quando o campo que estiver a desenvolver estiver dentro de alguns parâmetros é possível receber torneios de golfe, e caso o jogador consiga uma posição ganha dinheiro. Esse dinheiro pode ser reinvestido no campo ou ser usado para começar um novo campo noutra parte do mundo.

Em termos gráficos o SimGolf não é nenhum espanto, mas isso deve–se (presumivelmente) ao facto de poder correr em máquinas mais antigas. O jogo corre numa resolução de 800x600 e, embora o interface e os campos sejam coloridos, são bastante simples e os jogadores são bastante pequenos. Tendo em conta que o jogo está sempre em desenvolvimento, rapidamente se depara com falta de espaço para colocar edifícios ou construir novos buracos. No que diz respeito à vista isométrica e à falta de atalhos no teclado, pode tornar–se complicado a navegação rápida no campo de golfe.

Ao contrário do que se vê no ecrã o som é bastante esparso. Na maior parte do tempo não há música e apenas temos o som ambiente do que se passa nos percursos (animais, tacadas, água). Também se ouve a conversa e gritos dos jogadores, numa linguagem igual à do The Sims. De vez em quando também se ouve alguns sons relacionados com acontecimentos especiais.

O SimGolf é um jogo bastante interessante. É divertido e simples e, provavelmente, nem se repara nas falhas que o jogo tem. A ideia é inovadora, pois apesar de já existirem vários títulos em termos de jogo de golfe ou de gestão de espaços, este é o primeiro a combinar os dois. O facto de construir e jogar nos vários buracos vicia, e o tempo passa depressa enquanto se dá umas tacadas.



Linha da Frente

"Linha da Frente"
Universal (2002)

"Quando um disco vira testemunho histórico" Hugo Ferreira

Desde o início do ano até agora a colheita nacional tinha–se revelado muito abaixo das expectativas. Os The Parkinsons explodem em Londres, os Eye regressaram, Carlos Paredes volta a ser evocado pela compilação "Guitarra com gente dentro" e pouco mais há a assinalar neste canto lusitano. Resta a expectativa em relação aos Gaiteiros de Lisboa e a magnífica estreia da constelação de estrelas designada de Linha da Frente.

No entanto, ao contrário de mega grupos como os Resistência e os Rio Grande (que estão neste momento em estúdio), os Linha da Frente assumem–se como um projecto ambicioso e original, sem mira de lucro fácil e prestando um contributo maior à música nacional .

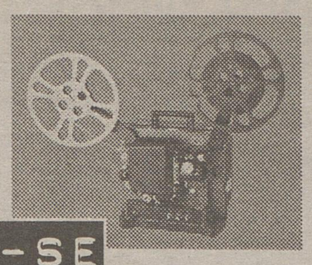
Ponto de Partida: a odisseia de musicar poemas de Fernando Pessoa, Ary dos Santos, Tiago Gomes, Manuel Alegre, António Ramos Rosa, António Botto, Alexandre O'Neill, António Aleixo e Natália Correia. Execução: João Aguardela (Sitiados, Megafone e Groovebox) e Luís Varatojo (Despe & Siga) lideram Viviane (Entre Aspas), Rui Duarte (Ramp), Dora Fidalgo (Delfins), Janelo (Kussundulola) e Prince Wadada.

Confesso que sempre pensei para mim mesmo que a voz de Viviane era desaproveitada na música dos Entre Aspas e agora chego à conclusão que era nestes "Linha da Frente" que ela fazia falta; que João Aguardela era uma das mentes mais inquietas do panorama nacional também já se suspeitava; que Janelo tem uma voz fenomenal; que Rui Duarte anda muita virado para a maquinaria; e que Luís Varatojo podia ser uma mais valia interessante. Ninguém mostrava apreensões. Agora que um projecto tão ambicioso pudesse resultar tão bem, aí é que muitos se mostravam reticentes.

Este é o primeiro grande disco nacional de 2002. Para além da óptima selecção de textos (dotados de uma actualidade inquietante), as novas tendências da música de dança em formato pop acompanham as palavras fortes e edificam um testemunho fortíssimo de músicos que eram muitas vezes considerados de segunda linha e aqui se assumem com toda mestria enquanto linha da frente.

Já se falava deles há dois anos, foi um parto difícil, mas valeu a pena.

Feitas



VE-SE

"a Beautiful mind", de ron Howard

Jorge Nande

Ron Howard sempre nos habituou a produtos bem embrulhados. Desde "Splash" a este "A Beautiful Mind", passando por "Cocoon" e "Apollo 13", que os seus filmes se apresentam como objectos agradáveis que passam pela assunção de valores tradicionais (a coragem, a honra, a perseverança) e pela procura dos heróis na vida quotidiana, o que como que lhes aumentaria o valor, aproximando–os, com as suas emoções e problemas reconhecíveis, do público comum. É, no entanto, essa vontade pouco dissimulada de agradar - herdada, é certo, do filão clássico - que extrai sorrateiramente aos seus filmes a capacidade de atingir aquele ponto insustentavelmente preciso em que eles se poderiam assumir como mais do que suportes para uma narrativa e em que o espectador percebe neles algo indistinto que intui, mas que não consegue explicar. Ou, como lhe chamaria David Lynch, o "olho de pato", aquilo que, só por estar onde está, não poderia estar em mais lado nenhum e dá sentido a tudo o resto.

A referência ao realizador de "O Homem Elefante" não é despropositada. A sua última obra, "Mulholland Drive", é o exemplo perfeito de um filme que, no momento certo, nos sabe imergir nele, impregnando–nos do aroma de uma realidade que não é a nossa, mas que podia ser, e que nos devolve ao nosso lugar com a desorientação própria de quem esteve desligado dele durante um instante de duração desconhecida. É este ânimo artístico que falta a "A Beautiful Mind", que, porque não se questiona sobre o que deve mostrar e para que é que o deve fazer, acaba por mostrar em demasia. Por esta falha dispersiva, comum a outros biopics recentes (como "Blow", do falecido Ted Demme), é que a esquizofrenia de John Nash (Russel Crowe) fica resolvida como algo meramente anedótico, depois de ter aparecido aos trambolhões de um twist - maneirismo narrativo bufo que Hollywood parece ter aprendido muito bem com "The Sixth Sense", de M. Night Shyamalan.

Deve dizer–se que "A Beautiful Mind", que vive muito da empatia criada entre os protagonistas (Crowe continuando a provar que é um actor perfeitamente válido e Jennifer Connelly mostrando–se sempre belíssima e pungente), contém momentos que tocam e comovem. O discurso aquando da sessão de atribuição dos Prémios Nobel é um exemplo. Mas devemos colocar a questão: eles tocam–nos como arremetidas à camada mais profunda e misteriosa da nossa sensibilidade ou como infelicidades de telenovela?

Não é, portanto, que os actores sejam cabotinos ineptos ou que Howard não filme bem. A montagem também não está feita de modo a contaminar–nos a visão de planos desrazoáveis, pelo menos em excesso. Mas a concentração em sustentar uma linha temporal e narrativa que exponha a vida de John Nash reflecte, ao mesmo tempo, um desinvestimento na criação de ambientes e mesmo na construção das personagens, que por vezes aparecem despudoradamente mostradas como fenómenos de feira. Sai–se de "A Beautiful Mind" e apetece dizer que é um filme engraçadito. O que é alguma coisa, mas não deixa de ser pouco.

LE-SE

"a cobrição das filhas"

valter hugo mãe (ed. quasi)

Helder Silva Dantas

Nesta última obra de valter hugo mãe, os poemas nascem no interior de duas ostras (capítulos). A primeira responde pelo nome "as viúvas são poços na imagem" e a segunda "os olhos encaracolados de sonho" - ambas prenhes de pérolas brancas e negras. As "ostras" - impregnadas de sujidade e de terra, matéria prima da pérola -, estão encegueiradas ao mundo. Encerram em si segredos que irão originar poemas pérolas, num colar destinado ao pescoço da condição materna. Mesmo o próprio poeta dedica o livro à sua mãe, por ela representar "o conceito mais absoluto". O absoluto também se espelha na presença divina ao longo da obra, pois "o conjunto de todos os/ nomes é o nome de/ deus" (p. 12). Em muitas "pérolas", deus e mãe forjam uma aliança tácita em prol da criação.

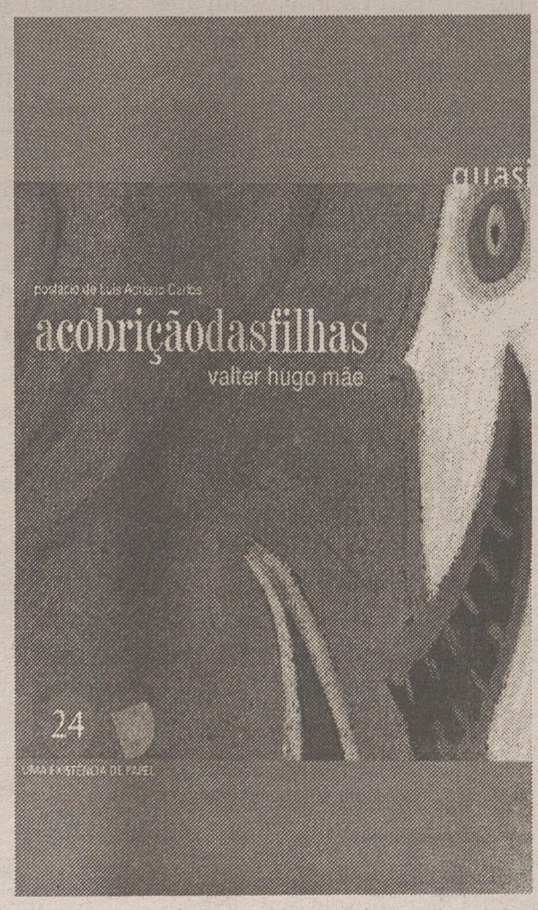
Em "a cobrição das filhas", à criação veste uma roupagem feminiforme e na primeira "ostra" encerra a voz das mães, que gritam "em erupção/ persuadidas pelo ventre que/ nos imagina os filhos" (p. 34). Cada "pérola" existe sem pontos finais, como se o poeta quisesse que a criação fosse um ciclo em constante transmutação. As mães bem conhecem este ciclo, fatalmente murmurando que "quando morremos, enterramo–nos/ como sementes e esperamo–nos// entornados sobre a terra como/ anjos à espreita nos telhados" (p. 39).

A passagem das eras não mudou a sua condição e sabendo–se "instintivas no seu papel,/ como o estrume que o campo come" (p.65), as mães procuram razões existenciais e emocionais pela obrigatoriedade de criar. Conforta–lhes, porém, "a ubiquidade do amor/ para suportar, mais tarde, o enfraquecimento/ radial dos corações" (p.15). Aliás, ao coração a mãe atribui a função de âncora da sua existência, permitindo–lhes um "olhar/ côncavo" e que as deixa "preparadas para tudo" (p. 44).

Se a filósofa María Zambrano percebe a poesia como "o pecado da carne feito palavra", então os frutos das mães são pecado da carne feito carne. Por isso, as mães, renegando o seu pecado, "expelem os filhos/ como fumo em que/ sufocam, condenadas/ pelas cozeduras do seu próprio/ forno, ventre impositivo" (p. 67). Todavia, serão sempre como "um tronco" por onde os filhos "extraem a carne, seiva/ da fome" (p. 60).

Na segunda "ostra", tão inefável e violenta, os "rapazes bichados em pânico" fazem "a cobrição das filhas" (p. 43). E se daí advém uma menina, as novas mães "amarguram, subitamente/ aumentadas, mais/ defesas ainda". Pelo contrário, o homem, nesta segunda parte do livro, é o retrato de uma pérola negra, que cresce ameaçador no âmago da mãe. São eles que "riem como porcos" e "incapazes/ de sonho estatelam–se no/ chão" (p. 47). Mesmo assim, elas "tão suicidas, falam/ de amor, da eternidade e/ oferecem incondicionalmente" (p. 52) tudo o que conseguem.

O poeta Casimiro de Brito diz que "o poema é feminino. Guarda muito bem o seu segredo" e a poesia palpável, mas secreta, de valter hugo mãe assim é. O poeta é simultaneamente arauto da maternidade e da criação, da mãe natureza que é crua, cruel e bela. Já na sua obra anterior, "três minutos antes de a maré encher", hugo mãe abria "as mães por onde" via "o poeta nascer". Todas as imagens associadas à mãe provocam pena e um grande assombro porque as mães "caminham sobre a/ terra rápida, e quando/ morrem são anjos em/ eterna muda de penas" (p. 73). Parafraseando Luis Adriano Carlos, que escreveu o posfácio , deste modo se entende a mãe, bem como este livro, como algo dotado de uma "beleza horrivelmente bela".



A Estrada Curva

Jorge Vaz Nande

Tenho amigos muito viajados, uns mais do que outros; alguns preferem fazer turismo, outros comportam–se como viajantes propriamente ditos, o que, convenhamos, não é bem a mesma coisa. Seja como for, é ritual comum de fim de trajecto o relato dos sucessos interessantes, trágicos, cómicos ou aborrecidos que eles viram ou experimentaram durante o seu périplo. Desde marroquinos que quiseram trocar camelos pela posse dos cabelos louros de uma mulher até tríplices detenções pelos gendarmes franceses na mesma semana, toda a gente traz novas experiências impregnadas na roupa que se amarrota na mochila. Ou, o que será mais importante, experiências que não conseguiria ter aqui, neste pacato rectângulo à beira–mar em que a vida medeia entre uma modorra confortável e um imenso aborrecimento depressivo que sopra do Atlântico.

Confesso que nunca viajei muito. Passei uma vez, quando tinha 15 anos, um fim–de–semana em Paris com os meus pais, convidados que fomos para tal por uns primos emigrantes - o que não é nada de pouco habitual, pelo menos no norte do país. Vi as fachadas todas, cansei os pés no chão dos Champs–Elysées, sofri as vertigens das montanhas–russas da Eurodisney e assisti a missas em francês em igrejas muito importantes. Mas, no meio de tudo, aquilo que me fascinava mais eram as pessoas. Não sei explicá–lo correctamente, mas os parisienses olhavam para as coisas de um modo diferente, com um jeito próprio que os fazia parecer muito altos e distantes e estranhamente afáveis e prestáveis ao mesmo tempo. Vi artistas talentosos a criarem em plena rua, descobri o que era apaixonar–me num segundo por mulheres que nunca mais veria e percebi o significado da palavra cosmopolita. Mas o último dia chegou e, enfim, assumi naturalmente que aquilo era aquilo e eu não era de lá. Regressei a Portugal na segunda–feira depois de o ter deixado apenas três dias antes, três dias que pareceram semanas. Cheguei a casa mesmo a tempo de pôr a gravar "Os Intocáveis", do Brian de Palma. No dia a seguir fui às aulas. Estava chuva. O cinzento do céu não era o mesmo que havia sobre a pirâmide do Louvre, mas, ainda mais do que isso, lembro–me de ter tido a noção distinta de que principalmente os tempos de falar e de andar daqueles que me rodeavam, conhecidos ou não, não eram os mesmos. Sentia–me triste e contente ao mesmo tempo. Basicamente, sentia a ressaca agridoce do regresso.

Dizem que é necessário sair e conhecer outros países para poder avaliar com conhecimento de causa aquilo que há de bom e de mau naquele em que habitamos. É algo que tem a sua lógica e não quero contestá–lo. Até certo ponto, tenho a certeza que é verdade. Por outro lado, permito–me tomar uma atitude bonacheirona de céptico e, quando me parece que assim é, digo a mim mesmo que tudo se iguala na essência e que o que varia de local para local são os detalhes. E os detalhes, como é sabido, não devem ter muita importância. Em que situações é que este lado se manifesta? Talvez seja melhor exemplificar com uma pequena história.

No outro dia, enfraquecido pela febre que hoje, espero, já terá passado, apanhei o autocarro no Jardim da Manga para ir para casa. Nos lugares à minha esquerda, vinham sentadas várias pessoas idosas: à frente, um homem de boina aos quadrados e com aspecto de marialva janota; dois lugares atrás, duas mulheres com ar espertalhão estampado nos olhos; no banco entre eles, uma senhora bem composta. Como estava muito calor dentro do autocarro, uma das duas mulheres abriu a janela e, deixando que a sinceridade se sobrepusesse à reserva, soltou um comentário menos discreto sobre o cheiro forte a flor de laranjeira da senhora do meio. Imediatamente, partindo em defesa do bom–nome da dita senhora, o homem gritou com autoridade «Ò menina, mais vale cheirar bem que cheirar a merda!».

Em qualquer momento e em qualquer lugar, é fácil distinguir o cheiro de uma coisa do de outra. Isso basta–me.

Polis poderá ser alargado

Área verde ligará Portela ao Açude. Convento de S. Francisco poderá funcionar como centro de espectáculos e congressos dentro de alguns anos.

João Pedro Marques
Marco Carvalho

A Câmara Municipal de Coimbra quer ver aumentada a área de intervenção do Programa Polis na cidade de Coimbra. Peixinho Cristo, presidente do Conselho de Administração da Coimbra Polis SA, mostrou–se já receptivo à ideia e garante que a sociedade está aberta ao novos projectos apresentados pela Câmara.

Com esta proposta, o executivo municipal pretende que a área verde prevista no Programa Polis seja maior, entre a Portela e a ponte do Açude. Assim, a zona entre o Estádio Universitário e os SMTUC deverá ser incluída na intervenção, bem como aquela compreendida entra os actuais limites do programa e a zona da Portela. É também da vontade da autarquia ver construída uma ciclovia que una os dois pontos. Outra das questões que se levantam é a do Convento de São Francisco. Carlos Encarnação, presidente

Hugo Rascão

da Câmara Municipal de Coimbra, solicita do Polis uma intervenção no Convento e é da opinião que o monumento deve ser recuperado tendo em conta uma "tríplice capacidade". No seu entender, a recuperação do monumento deverá ser feita por forma a que o Convento passe a poder funcionar como centro de congressos, de espectáculos, e como espaço para teatro e ópera. Na área adjacente do Convento poderá ainda ser criado o Museu da História da Cidade de Coimbra, adianta Encarnação.

O alargamento da área de intervenção do Programa Polis poderá comprometer a conclusão dos projectos para a data inicialmente prevista, Outubro de 2004. Peixinho Cristo já o admitiu, e João Rebelo ,membro do Conselho de Administração da Coimbra Polis, afirmou já, em reunião do executivo camarário, que alguns projectos poderão sofrer atrasos, sem especificar quais. Carlos Encarnação, no entanto, mostra–se confiante e acredita que "tudo é possível fazer neste mesmo espaço de tempo".

Pedrinhas de Luar em Coimbra

O famoso conto dos irmãos Grimm vai estar novamente em representação no palco do Teatro São Teotónio e promete reencantar os mais novos.

Sónia Nunes
Vânia Correia

Pedrinhas de Luar, peça baseada no conto Hansel e Gretel dos irmãos Grimm é a mais recente produção do Teatro para a Infância de Coimbra - O Teatrão. O espectáculo, estreado no mês passado, é encenado por José Caldas e vai ser reposto a partir do dia 11 de Abril, novamente no Teatro de São Teotónio. Posteriormente, fará digressão por alguns pontos do país.

O espectáculo, recomendado para maiores de 4 anos e também adultos, conta com a participação de Cristina do Aido e Celino Penderlico, actores que interpretam várias personagens. Como refere José Caldas, encenador da peça: "é um trabalho árduo e apaixonado, explorando ao máximo a imaginação com os meios mínimos de que dispomos". "Para o cenário optamos por um mínimo de elementos para o máximo de jogos cénicos", acrescenta o encenador.

"Hansel e Gretel é - segundo José Caldas - um conto sobre a miséria, a fome, a oralidade e o crescimento". O conto aborda um medo angustiante que atormenta todas as crianças: o receio de ficar sozinho sem a presença dos pais. Os dois irmãos percebem, certa noite, que o pai e a madrasta pretendem abandoná–los na floresta, porque não conseguem sustentá–los. O sentimento de rejeição e abandono envolve as duas personagens, criando um clima de insegurança, ansiedade e desalento.

A vida psicológica das personagens permite ao espectador rever–se nas crianças corajosas que enfrentam os seus medos e que criam um universo singular, próprio da magia da infância. Como Bettelheim diz na sua obra "The Uses of Enchantment" , "o conto de fadas é a cartilha onde a criança aprende a ler o que se passa no seu espírito, na linguagem das imagens, a única que permite a compreensão antes de se conseguir a maturidade intelectual".

RUC
breaking_the_record
de 25 a 29 de Março a Rádio Universidade de Coimbra
vai entrar no Guiness
www.ruc.aac.uc.pt
16 anos sempre no ar!
107.9 FM